AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 12 | DEZEMBRO 2018 | R$ 15,00



GESTÃO E TECNOLOGIA
AÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE DA CAFEICULTURA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

MILHO A ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DETERMINARÁ OS RESULTADOS EM 2019

PERFIL DA AGRICULTURA INTENSIFICAÇÃO TECNOLÓGICA E POSSIBILIDADE DE CONCENTRAÇÃO DAS PROPRIEDADES ANDAM JUNTAS NO AGRO

SETOR SUCROALCOOLEIRO PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2019/20

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PREVIDÊNCIA É A PRIORIDADE PRIMÁRIA

O ENCERRAMENTO do processo eleitoral e o início da definição do novo governo, por meio da montagem da equipe e dos trabalhos de transição, reduziram um pouco a tensão existente no plano econômico brasileiro.

Um dos temas centrais na discussão da nova equipe econômica é a reforma da previdência. O envio de uma proposta para tal reforma deve ocorrer logo no início de 2019, de forma que essa questão venha a ser resolvida no primeiro semestre do ano. Caso o novo governo não lide com essa problemática logo no início do mandato, correrá o risco de ser inviabilizado nos próximos anos. Essa será a primeira das suas grandes batalhas a serem enfrentadas, mas, de qualquer forma, não será a última. Outras reformas também são essenciais, como a reforma tributária, por exemplo. No entanto, a urgência da reforma da previdência impõe uma prioridade no seu andamento logo no começo da gestão.

Uma das discussões frequentes na agricultura diz respeito a quanto a escala afeta diretamente a eficiência da produção, especialmente em produtos mais homogêneos, como as *commodities*. A modernização agrícola propiciada a partir da Revolução Verde disponibilizou uma série de tecnologias que permitem ao agricultor um maior controle das variáveis ambientais, bem como um melhor aproveitamento da terra. Apesar de estarem disponíveis para agricultores de diversos tamanhos, estas tecnologias mostram-se mais eficientes quando utilizadas em escala elevada. Como consequência, esse processo de intensificação tecnológica acaba por gerar uma maior concentração produtiva quase naturalmente.

Olhando para o mercado de milho, o País estava, até meados de novembro, na reta final da semeadura da safra 2018/19. Considerando os preços médios da região de Rondonópolis-MT, assim como ocorreu em 2017/18, a expectativa é de prejuízo para o produtor na temporada 2018/19. A expectativa de maior oferta de milho em 2019 representa um fator de pressão de baixa nas cotações no mercado brasileiro, especialmente no segundo semestre. É importante destacar, porém, o cenário de preços mais firmes previsto para o primeiro trimestre, em função dos estoques de passagem menores.

O Caderno Especial sobre a cadeia produtiva de café, na sua décima terceira publicação na ***Agroanalysis***, traz o posicionamento de importantes elos do setor. A safra 2017/18 foi marcada por uma prevista grande colheita, em decorrência de ter havido bienalidade positiva na produção da cultura. Os preços caíram, mas a desvalorização do real frente ao dólar favoreceu as exportações, que equivalem a mais de dois terços da produção. Portanto, o tamanho dos estoques de passagem não deverá ter um peso muito negativo na comercialização da safra 2018/19. A produção de Robusta, depois de problemas com a seca nos últimos anos, voltou aos níveis normais, e o mercado operou sem turbulência.

Na indústria de cana-de-açúcar, para a região Centro-Sul, a Consultora Canaplan traça uma análise sobre o desempenho da lavoura na safra 2017/18 e as perspectivas para a safra 2018/19. Como os canaviais estão envelhecendo e a taxa de renovação está diminuindo, as plantas ficam mais sensíveis às condições climáticas adversas e à presença de pragas e doenças. O *mix* de produção na safra 2017/18 foi predominantemente de etanol, em face da sua melhor rentabilidade frente à do açúcar. Os preços baixos do açúcar no mercado

mundial refletem o superávit gerado pelo excesso de produção principalmente na Índia, na Tailândia e na União Europeia. A expectativa é de que a safra encerre com uma distribuição de 35,5% para açúcar e 64,5% para etanol. Na safra 2017/18, o percentual para açúcar foi de 46,5% e o para etanol, de 53,5%, ou seja, uma variação recorde de 11% no *mix* de produção. A crise econômica e financeira de muitas unidades agroindustriais ainda prevalece no setor.

Como entrevistado do mês, tem-se uma personalidade muito especial, o jornalista Humberto Pereira, que coordenou a elaboração do capítulo de Comunicação do "Plano de Estado – Brasil 2030", organizado por Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro). Tal plano apresentou uma proposta para tornar o País o maior e melhor produtor de alimentos do mundo, com a ideia norteadora de contribuir para a segurança alimentar do Planeta. Em seus comentários, o agro fala bem consigo, mas conversa pouco com a sociedade. A comunicação exige uma postura de antecipação e, também, de ataque aos fatos.

Para finalizar, a equipe editorial da ***Agroanalysis*** agradece aos patrocinadores e aos colaboradores por viabilizarem a sua produção, com sinceros votos de um feliz natal e um próspero ano. ■

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES**.

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
HUMBERTO PEREIRA
O AGRO DEFENDE-SE BEM DE PREDADORES, MAS NÃO BASTA

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
URGÊNCIA FISCAL

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA AGRICULTURA
ESCALA, TECNOLOGIA E LUCRATIVIDADE

20 CANA
O ENCERRAMENTO DA SAFRA 2018/19

22 CAPA MERCADO DE MILHO EM 2019
FUNDAMENTAL A ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

26 CONTEÚDO ESPECIAL

26 CAPA CNC
GESTÃO E TECNOLOGIA

34 CAPA CANAPLAN
2ª REUNIÃO CANAPLAN 2018

40 COOXUPÉ
COOXUPÉ ALERTA PRODUTORES SOBRE A BROCA-DO-CAFÉ PARA EVITAR PREJUÍZOS NOS CAFEZAIS

43 BAYER
O CICLO BENÉFICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

44 FAESP
RASTREABILIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS

45 ANDEF
MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
FELIZ ANO NOVO

47 PRODUZIR
O NOVO PERFIL DO AGRO NA POLÍTICA

48 OPINIÃO
GARANTIR MAIS DO QUE COMIDA NO PRATO

49 REFLEXÃO
O BRASIL EM MUDANÇA

50 ESTATÍSTICA

O AGRO DEFENDE-SE BEM DE PREDADORES, MAS NÃO BASTA

HUMBERTO PEREIRA
JORNALISTA
DA REDAÇÃO

Humberto Pereira coordenou a elaboração do capítulo de Comunicação do "Plano de Estado – Brasil 2030", organizado por Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro).

QUAL É A IMAGEM DO AGRO PARA A SOCIEDADE E PARA O PRÓPRIO SETOR?

HUMBERTO PEREIRA: A ideia que o agricultor brasileiro tem de si e do seu negócio neste momento é correta e boa. Há sólidos fundamentos para tanto, já que o sucesso chega às toneladas de toda parte.

O agro sabe disso e conversa sobre isso consigo mesmo. É difícil encontrar no Brasil uma atividade com tantos eventos, seminários, congressos, feiras e exposições. Tantos dias de campo, tantos *folders*, publicações e festas.

Por trás dessa efervescência, existe uma competente rede de comunicação. Jornalistas, radialistas, técnicos em tecnologias da informação e comunicação (TIC), publicitários, todos trabalhando nas entidades representativas e em órgãos governamentais.

Acontece que, mesmo sendo bom e tendo uma boa imagem de si, o agro, para a sociedade e a mídia, ainda é marcado por percepções adversas sempre de plantão para assombrar o setor.



AS RAÍZES HISTÓRICAS DO PAÍS ESTARIAM NESSE PROBLEMA?

HP: Nós fomos, por muito tempo, uma colônia agrícola. Abstraindo-se o ciclo das minas de ouro e de diamante, seguimos, por séculos, sendo "apenas" agricultores.

Até 1930, a política sucessória tinha o apelido agropecuário de "café com leite", referindo-se à alternância de Minas e São Paulo no poder. Vários presidentes eram fazendeiros: Prudente de Morais, Campos Sales, Wenceslau Braz, o próprio Getúlio. Nossa identidade, para todos os efeitos, era dada pelo café.

Em meados do século XX, com o incremento da industrialização, a migração para as cidades explodiu. Tudo dizia que o progresso, o que havia de melhor e mais fascinante, estava lá. Escolas, hospitais, cinemas e teatros, bondes e restaurantes. Fábricas!

É compreensível, portanto, a sensação do agricultor de estar vivendo em um mundo inferior ao urbano. Sua atividade seria menor, antiga e estagnada. Ele passou a se sentir isolado num grande sertão, numa situação que, até há pouco, lhe parecia natural, porque não havia a comparação. Não foi um fenômeno só brasileiro. Na Europa e nos Estados Unidos, foi assim também.

ESTE PROCESSO ENSEJOU REAÇÕES. E OS URBANOS PERCEBERAM ESSE CONCEITO?

HP: No final do século XX, vários fatores contribuíram para melhorar a concepção do agro e, consequentemente, a autoestima do agricultor. As comunicações, a pesquisa, a evolução tecnológica e a expansão das fronteiras foram fundamentais para esse novo olhar. Saímos, e bem, da monocultura do café. Da Universidade de Harvard, pelos professores John Davis e Ray Goldberg, veio o enfoque nas cadeias produtivas. O horizonte de antes, restrito ao que acontecia dentro da porteira, se ampliou. Começou-se a levar em conta os elos econômicos que precedem e sucedem as atividades da fazenda.

Bom, nesse mesmo período, na direção do campo para a cidade, ainda chegavam aos urbanos as versões nostálgicas e bucólicas do homem "da roça". A música caipira ou sertaneja mostrava um ambiente ameno, cheio de encantos nos "ranchinhos à beira-chão" e nos pés de serra. Em outra frente, grandes escritores e dramaturgos traziam o rural para o conjunto da nação, de forma mais dramática e realista. Mas, o cenário continuava sendo o antigo.

É POSSÍVEL FAZER UM BALANÇO SOBRE A VISÃO ATUAL DO AGRO?

HP: Hoje, para os urbanos, é difícil manter do agro um retrato de atraso. Isso passou, mas não significa que a imagem atual seja tranquila. Com base no que se vê na mídia, temos os casos da operação Carne Fraca, dos desmatamentos e das queimadas na Amazônia, da ocorrência de trabalho análogo à escravidão etc. Esta lista, certamente, não representa nem de longe a totalidade do setor, mas contamina danosamente a imagem do seu conjunto.

E é inegável que, para muitos, se trata de uma atividade, embora modernizada, ainda economicamente menor. Quando, na verdade, é o contrário: o agro é enorme, é imenso! Mas, é uma batalha você convencer o urbano de que, dentro de casa, na cozinha, no banheiro, no quarto, dentro dos armários, ele está cercado de agro por todos os lados.

COM O ENFOQUE DAS CADEIAS PRODUTIVAS, COMEÇOU-SE A LEVAR EM CONTA OS ELOS QUE PREDECEM E SUCEDEM AS ATIVIDADES DA FAZENDA.

CONSIGO, O AGRO FALA BEM E BASTANTE, COM UMA BOA IMAGEM. COM A SOCIEDADE, FALA POUCO, COM PRECONCEITOS HISTÓRICOS.

Em síntese, consigo o agro fala bem e bastante, com uma imagem boa de si. Já para a sociedade, fala pouco, nem sempre bem, com grande dificuldade para superar preconceitos históricos e atuais que afetam a sua imagem.

O QUE PODERIA SER UMA PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO?

HP: As mais importantes entidades do agronegócio montaram o "Plano de Estado – Brasil 2030". Sua proposta é tornar o País o maior e melhor produtor de alimentos do mundo, com a ideia norteadora de contribuir para a segurança alimentar sustentável do Planeta, condição para a garantia da paz entre os homens e as nações.

TEMOS CONDIÇÕES DE CHEGAR LÁ COM O APOIO DA COMUNICAÇÃO?

HP: Não só temos, como já estamos num patamar bem próximo disso. Atualmente, nenhum outro país tem tanta vantagem como o nosso. Agora, para atingir tal meta, o agro terá de contar com a consciência, o assentimento e a solidariedade da sociedade – o que também não é tão difícil, porque o Brasil e todos os brasileiros serão beneficiários dessa conquista.

Como o Plano é ambicioso, planetário, para alcançar êxito em sua execução, ele precisará de uma estratégia de comunicação também ambiciosa. Tem de deixar nítida a sua importância para a sociedade. O cidadão deve receber informações que o habilite a cobrar empenho, lisura e *performance* do governo e de todos os segmentos envolvidos, a começar pelo próprio agro. O objetivo da comunicação é que todos os brasileiros venham a declarar, orgulhosamente, que "o agro é nosso!".

ISSO EXIGE ALGUMA MUDANÇA DE POSTURA?

HP: Exige. O setor, em termos de comunicação, tem de ultrapassar a atitude defensiva com que se apresenta à sociedade. Talvez, essa atitude de retranca faça parte da sua índole mais profunda. De fato, na lida de plantar e criar, o agro precisa defender-se de predadores de toda sorte. Na produção, o clima incerto, as pragas e doenças. No mercado, o preço baixo, os juros altos e as margens decrescentes. Tem de se defender de uma logística ridícula, dos roubos de insumos, produtos e animais. Tudo isso mais as greves de caminhoneiros e as barreiras alfandegárias protecionistas. Esta lista não tem fim. Ai dele se não de defender! Porém, em comunicação, é preciso mais, é preciso se antecipar e "atacar" também.

Outra coisa: é notória a lentidão de *timing* do agro, em termos de comunicação, em episódios desagradáveis. No caso da operação Carne Fraca, por exemplo, quando a versão do campo aportou na mídia, o dano já estava consumado; gente séria achava que estava comendo papelão.

Então, se consigo o agro fala bem e bastante, para a sociedade fala pouco. Ou, então, só pede a palavra quando obrigado, para se defender das ameaças à sua reputação. O certo seria entrar nas crises já blindado por uma imagem de transparência e credibilidade. Crises vão continuar acontecendo de qualquer jeito. Agora, a reputação correta constrói-se antecipadamente, com paciência e ações permanentes.

PRECISAREMOS, TAMBÉM, DE UMA VISÃO INTERNACIONAL?

HP: Vamos precisar. Se a proposta é de conquistar

a liderança mundial na produção de alimentos, o

plano de comunicação terá de contemplar, também, o cliente dos outros países. Este tem de ser informado da nova etapa pretendida pelo nosso agro, pelo Brasil. O mercado internacional, mesmo com todas as regulamentações, é um ambiente feroz que tem de ser enfrentado com reputação inquestionável. E, aqui, o problema maior vai ser investir em qualidade, porque a quantidade virá normalmente. Não se pode ignorar que o consumidor final é sincero e cada vez mais exigente quando se trata de cuidados ambientais, sociais e éticos.

É importante a comunicação contaminar-se do espírito da proposta "Segurança Alimentar e Paz". Deverá ter força bastante para superar, nas hostes do próprio agro, sectarismos, partidarismos, corporativismos, rancores e ódios. Este é outro problema: o agro, com tantas lideranças em organismos distintos e dispersos, tem de entrar em acordo consigo mesmo. E a hora é agora.



QUAIS SÃO OS PASSOS PARA LEVAR ADIANTE TUDO ISSO?

HP: Os passos serão trabalhosos, porque a estrada está a perder de vista. Resumidamente, a realização de pesquisa será fundamental, seja no plano nacional para aferir a percepção do agro pelos urbanos, seja no plano internacional com o mesmo objetivo, de aferir a percepção dos importadores e consumidores dos nossos produtos. Tais sondagens iluminarão o teor das ações subsequentes.

O Plano deve, por exemplo, colher testemunhos de pessoas do agro e do urbano: "o agro é nosso". No agro, deve-se ouvir todas as cadeias; no urbano, ouvir todas as profissões, as faixas de idade e os gêneros em seus cenários de vida. No lançamento internacional, deve haver testemunhos e imagens das cadeias completas; *slogans* na linha de "Brasil: alimento e paz para o Planeta".

Em resumo, tudo isso deve ser seguido da manutenção do plano de comunicação na mídia e nas redes sociais, com programação anual. Por fim, seria oportuna a instituição de uma curadoria para a gestão do plano de comunicação com a participação dos setores envolvidos: agro, sociedade e governos – governos no plural, já que a meta é 2030. ■

> "...O AGRO, COM TANTAS LIDERANÇAS EM ORGANISMOS DISTINTOS E DISPERSOS, TEM DE ENTRAR EM ACORDO CONSIGO MESMO."



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A qualidade e a sanidade das nossas produções animal e vegetal atende todos os protocolos internacionais assinados pelo País.”

“Não dá para esperar o próximo ano para encontrarmos uma solução na questão do frete no transporte rodoviário de cargas.”

“O Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02 traz mais competitividade ao nosso agro ao propor que se aprimore o sistema brasileiro de análise, aprovação e registro de novas moléculas.”

TEREZA CRISTINA, deputada federal (DEM/MS) e ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a partir de 1º de janeiro de 2019

“A indústria de alimentos tem sido tratada como se fosse a maior responsável pela obesidade registrada em parcela da população.”

WILSON MELLO NETO, presidente do Conselho da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia)

“Precisamos empenhar-nos para desenvolver marcas internacionais. A Havaianas é uma exceção, com presença pulverizada no exterior.”

LUIZ FERNANDO FURLAN, presidente do Conselho de Administração da BRF

“Estimamos que apenas 7 milhões de hectares são cultivados com irrigação, mas o nosso potencial é cinco vezes maior.”

SILVIO CRESTANA, pesquisador da Embrapa Instrumentação

“O crescimento da produtividade do agronegócio brasileiro poderá vir por meio do aumento da eficiência. A expectativa é de que tenhamos um incremento de 20% na área plantada. A ordem é fazer mais com menos.”

PAULO HERRMANN, presidente da John Deere Brasil

“A velocidade e o resultado das ações na área de defesa vegetal são lentos. Isso causa apreensão entre os empresários da cadeia de proteína animal.”

PEDRO DE CAMARGO NETO, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES.**

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

URGÊNCIA FISCAL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O FIM do conturbado processo eleitoral que o País atravessou nos últimos meses trouxe um alívio em várias dimensões no plano econômico. As tensões exacerbadas ao longo das eleições aumentaram as incertezas e fizeram com que planos de investimento por parte das empresas fossem adiados e que decisões de consumo do lado das famílias fossem postergadas.

O encerramento desse processo reduziu significativamente a tensão existente, e, nas últimas semanas, o novo governo já começou a tomar forma, por meio da montagem da equipe e dos trabalhos de transição.

Uma das marcas dessa eleição foi a virtual ausência de qualquer debate relacionado às principais questões econômicas do País. Nesse contexto, a equipe de transição, a partir do início dos seus trabalhos, passou a se defrontar com a dura realidade imposta pelas dificuldades existentes no âmbito econômico brasileiro.

Sem sombra de dúvida, o maior e mais imediato desafio da nova equipe econômica, que assumirá no início de 2019, reside no campo fiscal. Embora o governo Temer tenha realizado um esforço louvável no campo de corrigir o processo de acelerada deterioração fiscal presente no governo Dilma, existem questões estruturais que precisam ser resolvidas urgentemente nesse campo. De fato, de janeiro a setembro de 2018, o governo federal acumulou um superávit primário da ordem de R$ 79 bilhões. No entanto, o INSS registrou um déficit de R$ 155 bilhões no mesmo período. Desta forma, todo o esforço do lado do governo foi mais do que consumido pelo sistema previdenciário.

A deterioração das contas do sistema previdenciário brasileiro foi acelerada ao longo dos últimos anos, levando a uma situação insustentável. Essa problemática tende a se agravar nos próximos anos, uma vez que a população brasileira está envelhecendo em ritmo acelerado, o que representará um peso cada vez maior sobre as contas do INSS. Caso nada seja feito, a situação se tornará insustentável do ponto de vista das contas públicas, inviabilizando qualquer governo.

Não é sem razão que um dos temas centrais na discussão da nova equipe econômica é a reforma da previdência. O envio de uma proposta para tal reforma deve ocorrer logo no início de 2019, de forma que essa questão venha a ser resolvida no primeiro semestre do ano. Caso o novo governo não lide com essa problemática logo no início do mandato, correrá o risco de ser inviabilizado nos próximos anos.

Sob esse aspecto, a grande questão é como criar uma proposta que seja palatável para o Congresso Nacional e para a sociedade e que estabeleça claramente os custos de transição para um novo regime previdenciário que (espera-se) seja sustentável no longo prazo. O INSS opera, atualmente, em um regime de repartição simples, em que os trabalhadores do setor privado contribuem para o sistema, que, por sua vez, paga o benefício aos trabalhadores aposentados. Claramente, o envelhecimento da população e a maior expectativa de vida dos brasileiros impõem a necessidade de ajustes neste sistema.

No entanto, é exatamente na mudança dessas regras que o governo terá o seu maior desafio, uma vez

que enfrentará resistência de setores da sociedade brasileira e do Congresso Nacional. O desenho adequado de uma reforma que se mostre factível em termos da realidade econômica e social atual do País é fundamental para que haja sucesso em termos de encaminhamento e aprovação no Congresso.

A nova equipe parece ter ciência tanto da necessidade e da urgência do envio de uma proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro ao Congresso, quanto da adequação da proposta à realidade brasileira. Obviamente, o trâmite desse tema junto ao Congresso será objeto de muito debate e negociações. É essencial, no entanto, que o governo preserve os pontos centrais da proposta no que tange aos aspectos fiscais.

Essa será a primeira grande batalha que o novo governo enfrentará, mas, de qualquer forma, não será a última. Outras reformas também são essenciais, com a tributária, por exemplo. No entanto, a urgência da reforma da previdência impõe que o governo priorize o seu andamento logo no começo do ano. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

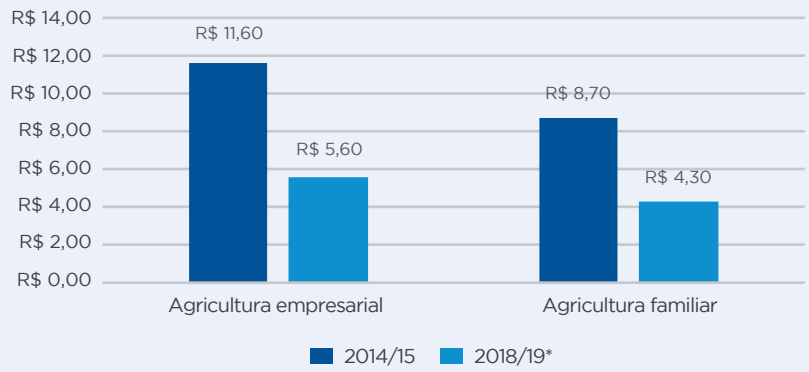
GOLDEN SHARE FUNDIÁRIA

Entre as propostas de medidas analisadas pela equipe de transição do novo governo, especula-se a inclusão de uma espécie de "*golden share* fundiária" nas compras de terras por estrangeiros. Este mecanismo conferiria participação acionária minoritária ao Estado no empreendimento, mas com poderes especiais para estabelecer metas de hectares plantados com culturas e pastagens. Isso permitiria um aumento na produção das *commodities* voltadas às exportações. Além disso, muitos ativos da União poderiam ser vendidos e negociados nessas condições, com maior liquidez para o mercado de terras.

QUEDA NO SUBSÍDIO AGRÍCOLA

A taxa Selic caiu para o seu menor nível histórico, de 12,5% para 6,5%, de 2015 aos dias atuais. Isso reduziu os gastos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para subsidiar as operações de crédito rural com taxas de juros controladas, o correspondente a cerca de 40% do total concedido em cada safra. Já a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos, de 2016, limita os subsídios nos próximos anos. O aumento no tamanho das safras dependerá muito de como se remanejarem os recursos escassos para atender o crédito e o seguro rural. Desatar esse nó será um desafio para o próximo governo.

SUBSÍDIO NO CRÉDITO RURAL
(R$ BILHÕES)



* Estimativa
Fonte: BCB

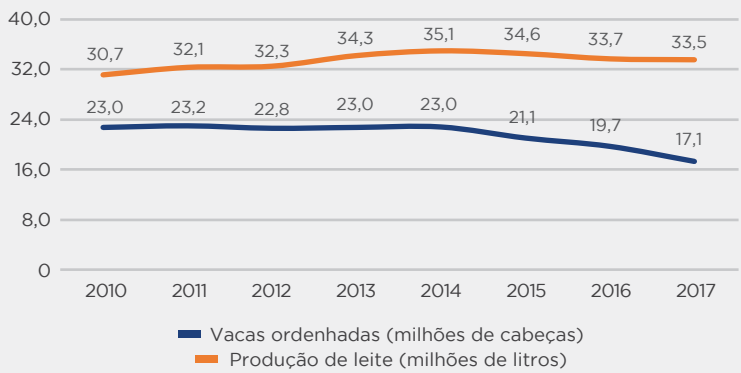
SEGURO E RESSEGURO NO AGRO

Deslanchar o seguro rural representa um dos grandes desafios do agro brasileiro. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) é um dos instrumentos utilizados para o pagamento das obrigações financeiras relativas ao seguro rural de custeio dos pequenos e dos médios produtores. Quando as indenizações dos sinistros superam os prêmios arrecadados (em torno de R$ 5 bilhões por ano), os cofres públicos cobrem a diferença. A proposta é utilizar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa pública, para fazer o resseguro da carteira do Proagro.

TECNIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO DE LEITE

Depois que a produção de leite sob inspeção no Brasil caiu em 2015 e 2016, ela subiu em 2017. Para este ano, deve ficar estagnada. Na entressafra, de abril a outubro, houve a greve dos caminhoneiros mais o aumento dos custos de produção com a alta do dólar. O preço do leite UHT ao consumidor praticamente dobrou para R$ 4,10/litro. Sem pressão do dólar, com a chegada do período de safra, o mercado volta ao normal. O setor passa por intensa mudança, com sistemas de produção mais tecnificados. De 2014 a 2017, o número de vacas ordenhadas no rebanho nacional teve queda, mas a sua produção *per capita* aumentou. Para 2019, o mercado está mais ajustado entre oferta e demanda.

BRASIL: VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO DE LEITE



Fonte: IBGE

SURTO DE PESTE SUÍNA NA CHINA

Líder na produção e no plantel mundial de suínos, a China enfrenta a epidemia de peste suína africana. O surto apresenta dimensões inéditas, e há risco de contaminação global. Para os frigoríficos brasileiros, além da guerra comercial com os Estados Unidos, os problemas sanitários na China devem contribuir para a recuperação do fraco desempenho nos embarques da indústria nacional. Outra notícia positiva foi a retomada das compras da Rússia (principal importador dos produtos nacionais), suspensas desde novembro do ano passado.

REBANHO E PRODUÇÃO DE CARNE SUÍNA
(2017)

PAÍS	Rebanho (milhões de cabeças)	Part. %	Produção de carne (milhões de toneladas)	Part. %
China	1.113,5	54,2%	53,5	47,0%
União Europeia	412,4	21,1%	23,4	20,6%
Estados Unidos	206,5	10,1%	11,7	10,3%
Brasil	79,2	3,8%	3,7	3,2%
Rússia	64,5	3,2%	2,9	2,6%
Demais países	176,5	8,6%	18,5	16,3%
Total	2.052,6	100,0%	113,7	100,0%

Fonte: USDA

VALORIZAR A PROTEÍNA ANIMAL BRASILEIRA

O objetivo é fortalecer a imagem da proteína animal brasileira no mercado internacional, a começar pela União Europeia, tendo como alvos prioritários a Alemanha, a Bélgica, a França e o Reino Unido. A campanha foi lançada pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) no Salon International de l'Alimentation (SIAL), em Paris (França). O trabalho envolve ações em feiras e outras iniciativas de promoção de imagem junto aos *stakeholders* e ao público consumidor, mostrando a qualidade diferenciada, o *status* sanitário e o perfil sustentável da produção nacional.

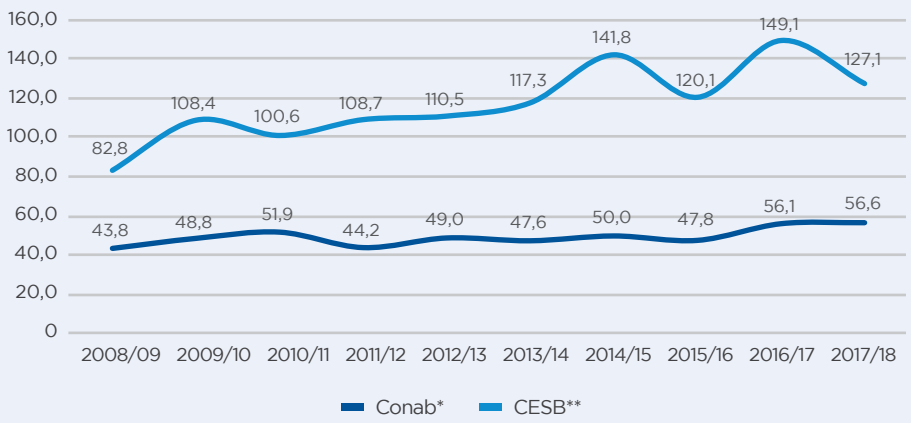
DEZ ANOS DE MILHO TRANSGÊNICO

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) liberou o milho transgênico para comercialização em 2007. O seu lançamento comercial ocorreu na safra 2007/08. De lá para cá, a taxa de adoção da semente aumentou para 85%. O sucesso do milho 2ª safra produzido no Brasil deve-se a essa tecnologia.

COMITÊ ESTRATÉGICO SOJA BRASIL (CESB)

O Desafio de Máxima Produtividade comemora o seu décimo ano. Nesse período, o número de produtores inscritos passou de 140 para 55.000 – um crescimento espetacular. Isso demonstra o crescente interesse pela produtividade por parte de todo o sistema produtivo de soja no Brasil: agricultores e fabricantes de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Os vencedores da premiação demonstram a capacidade de difusão e incorporação no campo do conhecimento tecnológico. Pela segunda safra consecutiva, a média da produtividade brasileira rompe o patamar de 50,0 sacas por hectare.

BRASIL: PRODUTIVIDADE DA SOJA
(SACAS DE 60 QUILOS POR HECTARE)



* Média nacional segundo a Companhia Nacional de Abastecimento
** Marca mais alta registrada no Desafio de Máxima Produtividade segundo o CESB

CUMPRIMENTO DA COTA HILTON À UNIÃO EUROPEIA

Levando-se em conta o período de julho de 2017 a junho de 2018, o Brasil atingiu a metade da cota instituída em 2010, de 10 mil toneladas. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o número de propriedades habilitadas é de 1,6 mil nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País, desde 2014. A carne deve ser de animais terminados a pasto e com rastreabilidade desde a desmama. Os animais precisam ter até 36 meses e peso mínimo de 14 arrobas. O melhor resultado aconteceu na temporada 2015/16, com embarques de 9,29 mil toneladas, ou 92,9% da cota. O novo governo deverá negociar com o bloco as regras mais rígidas impostas contra as exportações nacionais.

FORTALECIMENTO DO CRÉDITO RURAL

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 7.740/17, para fortalecer o crédito rural. O relatório é de autoria do deputado Sérgio Souza (MDB/PR), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na região Sul. A proposta estende aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Isso incentivará o destino de verbas para atividades rurais com taxas de juros atrativas. Os agricultores terão oportunidades de investirem em seus negócios sem terem os faturamentos comprometidos.

BIOMASSA NA MATRIZ ENERGÉTICA DO BRASIL

Em 2017, a biomassa segue como a segunda fonte de geração mais importante do Brasil na Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE), à frente do gás natural. Em primeiro lugar, está o petróleo. Compõem a biomassa o bagaço e a palha de cana, os resíduos de madeira na produção de celulose, o biogás, a casca de arroz, entre outros.

BRASIL: OFERTA DE ENERGIA
(TONELADAS EQUIVALENTES DE PETRÓLEO)

ANO	2016		2017	
	Quantidade	Part. %	Quantidade	Part. %
1. Não renovável	172,5	58,5	179,5	59,5
Petróleo	130,4	44,2	135,9	45,0
Gás natural	37,6	12,8	39,8	13,2
Outros	4,5	1,5	3,8	1,3
2. Renovável	122,2	41,5	122,2	40,5
Hidroelétrica	32,8	11,1	31,9	10,6
Lenha	23,1	7,8	23,4	7,8
Cana-de-açúcar	50,6	17,2	49,7	16,4
Outros	15,7	5,4	17,2	5,7
Total (1 + 2)	294,7	100,0	301,7	100,0

Fonte: EPE/MME













VIII ABISOLO
FÓRUM E EXPOSIÇÃO

FÓRUM INTERNACIONAL TECNOLOGIA & INTEGRAÇÃO

RESERVE EM SUA AGENDA
10 E 11 DE ABRIL DE 2019
Expo Dom Pedro Campinas

Faça parte do Grande Encontro das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal do Brasil.

A VIII edição contará com palestrantes renomados - nacionais e internacionais, além de proporcionar um ambiente para geração de negócios, troca de informações e experiências do setor.

SEJA UM:

- PATROCINADOR
- EXPOSITOR
- VISITANTE EXPOSIÇÃO
- CONGRESSISTA FÓRUM

FALE CONOSCO

josealberto@abisolo.com.br
(11)3251.4559
www.**forumabisolo**.com

Realização:
abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

AGRICULTURA

ESCALA, TECNOLOGIA E LUCRATIVIDADE

DA REDAÇÃO

O CONCEITO de economia de escala refere-se à redução do custo unitário obtido pelo aumento no número de unidades produzidas. Essas economias estão geralmente ligadas ao uso mais eficiente dos insumos, ao avanço tecnológico ou às vantagens comerciais obtidas na compra de matérias-primas e na comercialização da produção.

Na agricultura, a escala afeta diretamente a eficiência da produção, especialmente em produtos mais homogêneos, como as *commodities*. A modernização agrícola propiciada a partir da Revolução Verde disponibilizou uma série de tecnologias que permitem ao agricultor um maior controle das variáveis ambientais, bem como um melhor aproveitamento da terra. Apesar de estas tecnologias estarem disponíveis para agricultores de diversos tamanhos, elas se mostram mais eficientes quando utilizadas em escala elevada.

Como consequência, o processo de intensificação tecnológica acaba por gerar uma maior concentração produtiva quase naturalmente. A busca por maior eficiência acaba por induzir um processo de ampliação das propriedades de forma a aumentar a escala de produção. Esse processo transparece nos números do mais recente censo agropecuário brasileiro, em que se observa uma concentração produtiva elevada – cerca de 10% das propriedades são responsáveis por quase metade da produção e 70% do valor produzido no País.

E esse processo parece ocorrer mesmo em países cuja a formação do espaço agrícola se deu de forma menos concentrada do que no Brasil, como os EUA. Dados do último censo norte-americano revelam que, mesmo na categoria de propriedades familiares, vem se observando um aumento na concentração. Apesar das pequenas propriedades representarem quase 90% das unidades produtivas, elas representam menos de 50% da área cultivada e menos de 25% do total do valor produzido. Considerando que as grandes propriedades, que representam menos de 3% das unidades, produzem quase o mesmo valor (22,8%), fica clara a relação que existe entre escala e eficiência produtiva.

Esse processo de intensificação tecnológica e concentração produtiva vem trazendo excelentes resultados para a agricultura norte-americana. Segundo um artigo da revista The Economist, a safra de grãos dos EUA deve atingir o recorde de 4,79 bilhões de *bushels* em 2018. Esta safra é resultado direto de um aumento da produtividade agrícola, especialmente na produção de grãos. Atualmente, o problema enfrentado pelos agricultores americanos refere-se ao escoamento dessa safra elevada, dada a restrição de comercialização com a China em decorrência da disputa comercial entre os dois países.

Isso não significa que não existe espaço para a agricultura em propriedades médias e pequenas. Em algumas atividades agropecuárias, as economias de escala não são tão intensas, como na produção de hortifrútis. Geralmente, isso se explica pela menor mecanização no processo produtivo ou pela importância da logística nesse processo, trazendo vantagem para propriedades que se encontram mais próximas aos mercados consumidores. Devido ao valor mais elevado das terras próximas a centros urbanos, é difícil ampliar muito a escala nesse tipo de atividade. ■

CANA

O ENCERRAMENTO DA SAFRA 2018/19

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

NO ANO de 2018, o clima tem sido peculiar para o setor de cana, açúcar e etanol. Entre fevereiro e meados de agosto, a precipitação pluviométrica média na região Centro-Sul, ponderada pela participação da moagem de cada microrregião canavieira, ficou sistematicamente abaixo da média histórica de trinta anos. A partir do final de agosto, a situação se inverteu, e temos observado chuvas abundantes em volumes bem superiores à média histórica.

O longo período de seca fez com que a safra avançasse rapidamente, com a colheita de canaviais que não haviam completado seu estado total de desenvolvimento. Igualmente, após a colheita, as soqueiras pouco se desenvolveram. A falta de umidade fez com que os canaviais a serem colhidos no final da safra ficassem comprometidos também e que não houvesse condição agronômica para a renovação do canavial, seja de cana planta de dezoito meses ou cana de doze meses.

Por conta de um canavial envelhecido, com taxas de renovação abaixo do desejável há quatro anos, e suscetível a pragas e doenças, além do efeito do



clima, o rendimento agrícola tem se mantido abaixo daquele observado nos dois anos anteriores. É previsto que se encerre o ciclo atual com um nível menor do que 75 toneladas por hectare, considerado baixo para os padrões de produção da região.

Na safra atual, os preços deprimidos do açúcar no mercado mundial, refletindo o superávit gerado pelo excesso de produção principalmente na Índia, na Tailândia e na União Europeia, levaram os produtores a direcionarem o *mix* de produção para um nível bem mais alcooleiro do que o observado na safra anterior. Está projetado que a safra encerre com uma distribuição acumulada de 35,5% para açúcar e 64,5% para etanol. No ciclo de 2017/18, o percentual para açúcar foi de 46,5% e o para etanol, de 53,5%; portanto, uma variação recorde de 11,0% no *mix* de produção. Na região Norte-Nordeste, a previsão é de repetição da moagem de cana do ano passado, com 44,5 milhões de toneladas, com uma safra também mais alcooleira, com *mix* para etanol passando de 53,3%, em 2017/18, para 57,9%, em 2018/19.

As duas macrorregiões produtoras somadas – Centro-Sul e Norte-Nordeste – mantêm o Brasil na liderança mundial da oferta de Açúcares Totais Recuperáveis (ATRs), unidade comum de açúcar e etanol, com um volume de 83,93 milhões de toneladas. Nesse sentido, o Brasil é ainda, por larga margem, maior do que o segundo produtor mundial, que é a Índia, com 32,25 milhões de toneladas de açúcar no ciclo 2017/18 (outubro/setembro). No entanto, a safra 2018/19 fica marcada pela grande flexibilidade industrial demonstrada pela indústria brasileira ao reduzir a sua produção de açúcar de 38,59 milhões de toneladas, na safra 2017/18, para projetados 28,68 milhões de toneladas, na safra 2018/19. Ao mesmo tempo, a produção de etanol passa de 27,86 bilhões de litros, em 2017/18, para esperados 32,39 bilhões de litros, em 2018/19. Nestes volumes, estão inclusos 522 milhões de litros de etanol de milho, em 2017/18, e 830 milhões de litros, projetados para 2018/19.



SHUTTERSTOCK

As chuvas abundantes no final de 2018, entretanto, atrapalham o encerramento da safra 2018/19 na região Centro-Sul e indicam que parte do volume anteriormente programado para ser colhido até o final do ano será deixada para ser colhida no início de 2019. Se a colheita ocorrer antes de 31 de março próximo, ainda irá contar como volume da safra 2018/19; se houver colheita após esta data, será contabilizada na safra 2019/20.

A volta das chuvas abre a possibilidade de os produtores programarem a retomada do plantio que ficou atrasado, o que deve consumir parte da cana disponível na forma de mudas. Portanto, ao mesmo tempo em que se antevê o desenvolvimento de canaviais que se encontravam atrasados, é preciso reconhecer que, para a safra 2019/20, o canavial a ser colhido na primeira metade da safra deve apresentar uma baixa produtividade média relativa, recuperando-a na segunda metade da safra.

Em 2018, no acumulado até outubro, o etanol anidro e o hidratado utilizados como combustíveis representaram 42,6% do consumo de combustíveis do ciclo Otto em gasolina equivalente. Esse percentual foi de 38,2%, em 2017, e de 39,4%, em 2016, e demonstra que o Brasil é por larga margem o País que mais substitui gasolina por um combustível renovável e de muito baixa pegada de carbono. Os Estados Unidos – que se transformaram no maior produtor de etanol em volume do mundo, com uma produção anual de 62,5 bilhões de litros produzidos a partir do milho – substituem 9,9% da sua gasolina por etanol. ■

MERCADO DE MILHO EM 2019

FUNDAMENTAL A ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ATÉ MEADOS de novembro, o País estava na reta final da semeadura da safra de grãos 2018/19. A situação estava mais favorável em relação ao mesmo período do ano passado, com clima normal, trabalhos no campo em ritmo regular e boa situação das lavouras. Considerando os preços médios da região de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso, na temporada 2017/18, o produtor registrou um prejuízo de R$ 178,42 por hectare. Para 2018/19, a expectativa é de prejuízo ainda maior, de R$ 567,11 por hectare.

A maior oferta de milho em 2019 representa um fator de pressão de baixa nas cotações no mercado brasileiro, especialmente no segundo semestre, com a entrada da colheita da segunda safra. É importante destacar, porém, o cenário de preços mais firmes previsto para o primeiro trimestre, em função dos estoques de passagem menores e da menor representatividade da safra de verão (primeira safra), em torno de 30% do total. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima 15,78 milhões de toneladas de milho estocados ao final de 2018, frente aos 17,25 milhões de toneladas no final do ano anterior.

Do lado da demanda, espera-se uma maior movimentação nesse período. Na B3 (bolsa de



SHUTTERSTOCK

RONDONÓPOLIS-MT: RESULTADOS ECONÔMICOS PARA A PRODUÇÃO DE MILHO

ITENS	2017/18 (preço médio)	2017/18 (melhor preço da safra)*	2018/19
Custos de produção (R$/hectare)	2.848,70	2.848,70	3.135,47
Produtividade média (sacas/hectare)	99,60	99,60	101,90
Preço médio de venda (R$/saca de 60 quilos)	26,81	30,00	25,20
Receita (R$/hectare)	2.670,28	2.988,00	2.568,36
Resultado (R$/hectare)	-178,42	139,30	-567,11

* Venda durante os meses de setembro e outubro de 2018 (melhor momento de venda)
Fonte: Scot Consultoria; IMEA

valores oficial do Brasil), os contratos futuros de milho com vencimento em janeiro e em março de 2019 refletem essa situação, com altas expressivas ao longo de novembro: a saca passou de um patamar de R$ 35,00 para valores próximos de R$ 38,00. Já para maio de 2019, os preços deverão estar menores do que os registrados no mesmo período deste ano.

Levando em conta um clima normal na temporada 2018/19 e, possivelmente, um aumento na área semeada na segunda safra no País, a expectativa é de uma pressão de baixa ainda maior nas cotações, frente à realidade deste ano, com menor janela de compra e quedas limitadas.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Na temporada 2017/18, que se encerrou, apesar dos bons preços de venda de milho no mercado interno, a queda na produtividade média prejudicou os resultados econômicos. Tendo em vista o preço médio em Rondonópolis, em 2018, de R$ 26,81 por saca de 60 quilos, com um rendimento médio de 99,60 sacas por hectare, o agricultor teve um prejuízo de R$ 178,42 por hectare.

Se considerarmos o melhor momento de venda entre setembro e outubro deste ano, quando a saca bateu R$ 30,00 na região, e mantivermos a produtividade média, houve lucro de R$ 139,30 por hectare. Daí a importância de uma estratégia de comercialização.

Para 2018/19, a expectativa é de uma produtividade média 2,3% maior em Mato Grosso, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA). No entanto, os custos de produção subiram 10,1% frente aos da safra passada, e a expectativa é de preços até 6,0% menores em 2019 frente aos deste ano. Com isso, o resultado da atividade deverá ser pior, com prejuízo estimado em R$ 567,11 por hectare na região. ■

EXPECTATIVAS PARA A PRIMEIRA E A SEGUNDA SAFRAS

Com relação ao milho 1ª safra, a Conab estima um crescimento da área entre 3,5% e 5,0% em comparação à safra passada. O rendimento médio das lavouras deverá diminuir 2,2% frente ao da safra passada. Considerando os limites inferiores e superiores, a produção está estimada entre 26,28 milhões de toneladas e 27,21 milhões de toneladas, ou seja, de -2,0% a +1,5% da quantidade colhida em 2017/18.

Para o milho 2ª safra (2018/19), a Conab manteve a área semeada na temporada 2017/18, de 11,55 milhões de hectares, mas estima uma produtividade média 16,9% maior. Com isso, a produção foi estimada em 63,73 milhões de toneladas, 18,1% a mais do que os 53,97 milhões de toneladas colhidos na segunda safra em 2017/18. No total, a produção brasileira está estimada entre 90,02 milhões de toneladas e 90,95 milhões de toneladas na safra 2018/19, frente aos 80,78 milhões de toneladas produzidos em 2017/18.

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:

abag ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

ABIC

ABICAB

ABIEC

abimapi

ABIR

ABPA

abrasel

ANR Associação Nacional de Restaurantes

GASTROMOTIVA

IFB INSTITUTO FEDERAL BRASIL

ITAL

SistemaOCB

UNICA



DIVULGAÇÃO ABIC

GESTÃO E TECNOLOGIA

AÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE DA CAFEICULTURA



SILAS BRASILEIRO
PRESIDENTE EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC)

O CNC participou da Semana Internacional do Café (SIC), realizada de 7 a 9 de novembro último, em Belo Horizonte-MG, e de uma série de eventos organizados pela Plataforma Global do Café (GCP, na sigla em inglês) durante a feira.

No dia 8, com um discurso para aproximadamente 350 pessoas, tive a honra de abrir a Conferência Global de Sustentabilidade do Café 2018, considerado o maior evento mundial sobre o tema na cafeicultura.

Promovida pela GCP, a Conferência reuniu 45 palestrantes e painelistas de quinze países e de todos os elos da cadeia para debater temas fundamentais relacionados à sustentabilidade da cafeicultura, inclusive a viabilidade econômica da atividade.

As cooperativas que o CNC representa congregam milhares de pequenos cafeicultores e têm sido um importante esteio da sustentabilidade há décadas, oferecendo soluções inteligentes e integradas de acesso a insumos, tecnologias e serviços de assistência técnica e mercadológicos, principalmente de proteção contra a volatilidade dos preços.

As atividades desenvolvidas no âmbito da GCP no País vêm somar-se a essa tradicional base cooperativista de suporte aos produtores de Arábica e Conilon, para torná-los mais eficientes, melhores gestores e mais resilientes às oscilações do mercado.

No Brasil, a Plataforma desenvolve, também, uma agenda público-privada de grande relevância, em que o Currículo de Sustentabilidade do Café (CSC) e os seus itens fundamentais, alinhados aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS/ONU) e os seus indicadores, permitem avaliar a sustentabilidade das regiões produtoras.

Creio que seja possível, com esse trabalho, criar um processo que facilite o acesso a mercados e agregue valor, assim como permita a canalização de recursos para abordar os desafios da sustentabilidade em seus âmbitos social, ambiental e, principalmente, econômico.

Ressalto, ainda, que o pilar econômico da sustentabilidade geralmente é o menos lembrado, embora seja o arrimo das dimensões ambiental e social. Diante disso, convido o comércio de café, a indústria, o varejo e a sociedade civil para dialogar com os produtores e seus representantes e buscar maneiras de viabilizar a sustentabilidade econômica dos cafeicultores, sem a qual, reforço, fica muito difícil garantir a sustentabilidade ambiental e social.

BRASIL SEDIARÁ A 2ª EDIÇÃO DO FÓRUM MUNDIAL DE PRODUTORES DE CAFÉ

PAULO ANDRÉ C. KAWASAKI
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO DO CNC

O CNC definiu, em outubro, que o Brasil será palco da 2ª edição do Fórum Mundial de Produtores de Café (WCPF, na sigla em inglês) em 10 e 11 de julho de 2019, a ser realizada no Royal Palm Plaza Resort, em Campinas-SP. Os conselheiros Vanusia Nogueira e José Marcos Magalhães coordenarão os trabalhos para a realização do evento e validarão as ações junto aos demais membros.

Criado em 2017, o evento é um ambiente de discussão, com agenda preparada pelos cafeicultores, a fim de alcançar os caminhos mais sustentáveis para a atividade cafeeira global. Desde a 1ª edição, na cidade de Medellín, na Colômbia, os cafeicultores mundiais vêm demonstrando insatisfação com os preços praticados no mercado, que mal cobrem os custos de produção em muitas nações produtoras, inclusive no Brasil.

Além disso, destacam os grandes desafios que enfrentam na atividade, como a sustentabilidade econômica do setor produtor, os níveis de produtividade das lavouras, a volatilidade do preço nos mercados internacionais e as adversidades climáticas. Com base nisso, estes temas foram elencados para as discussões do 2º WCPF.

No encontro de 2019, por indicação da Colômbia, o professor Jeffrey Sachs apresentará um estudo intitulado "Análise Econômica e Política para Melhorar os Rendimentos dos Pequenos Produtores de Café", encomendado pelo WCPF e dirigido pelo professor junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia.

"O 1º WCPF, na Colômbia, despertou a conscientização e o interesse de todas as partes interessadas para garantir a sustentabilidade econômica dos cafeicultores em todo o mundo e encontrar maneiras de ter uma cadeia de valor sustentável, da fazenda à xícara. O 2º WCPF levará esse diálogo ao próximo nível", informa Juan Esteban Orduz, da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia (FNC).

Nessa 2ª edição, o Brasil e os demais países produtores, tal como expressaram no 1º evento, seguirão com os esforços, considerarão as ações necessárias para solucionar cenários que comprometam a oferta futura de café e convidam todos os elos da cadeia produtiva para o evento, com o intuito de atuarem de maneira conjunta e corresponsável.

"O Brasil, como o maior produtor global, tem muito orgulho de sediar o 2º WCPF. Toda a cadeia, da fazenda à xícara, continuará enfrentando os muitos desafios que se apresentam à produção cafeeira, o que só poderá ser resolvido por meio da cooperação construtiva, levando em consideração as peculiaridades de cada produtor", comentou Silas Brasileiro, presidente do CNC.

COMO ENFRENTAR A VOLATILIDADE DO MERCADO?

PAULO ANDRÉ C. KAWASAKI
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO DO CNC

O mercado cafeeiro bateu cotações mínimas neste ano, abaixo de US$ 1 por libra-peso, na Bolsa de Nova York, a principal plataforma de comercialização mundial. A queda foi refletida no rendimento de vários produtores pelo Planeta. Muitos deles viram-se em dúvida sobre quais decisões tomar diante das fortes oscilações de preço.



Em entrevista à ***Agroanalysis***, Lúcio Dias, superintendente de Operações e Comercial da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), transmite ricas orientações sobre como o produtor deve administrar cenários turbulentos.

Agroanalysis: **Como o cafeicultor deve proteger-se contra as quedas de preço?**

Lúcio Dias: Realmente, as cotações caíram bastante, mas, no caso do cafeicultor brasileiro, a desvalorização do real ajudou a segurar os preços recebidos. Recomendamos que os produtores sejam rigorosos no controle de suas despesas e que não tomem financiamento para estocagem quando o mercado remunerar a atividade. A pegada está em vender a produção, tanto a física, quanto a futura, para diminuir o endividamento, quando o mercado quiser comprar e não quando o produtor precisar do dinheiro.

Agroanalysis: **No Brasil, as cooperativas apresentam ferramentas para que os produtores se protejam dessas oscilações?**

LD: Trabalhamos bastante. Esclarecemos e buscamos mecanismos para os produtores aproveitarem as conjunturas favoráveis do mercado. Esses momentos são para transformar para melhor as suas situações. Hoje, os nossos produtores mandam no negócio. É uma realidade muito diferente da do passado. A presença das cooperativas é fundamental. Na sua ausência, os produtores colhem e vendem a qualquer preço.

Agroanalysis: **O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) pode contribuir com as cooperativas e os produtores nos cenários de preços baixos no mercado?**

LD: O Funcafé não pode e não deve ser utilizado para especulação. A sua gestão deve ser utilizada para capital de giro. Representa recursos estratégicos para que as cooperativas paguem o café de seus associados, enquanto vendem com serenidade no mercado futuro nas ocasiões de melhores preços.

Agroanalysis: **Diante das oscilações mercadológicas, qual é a recomendação para que os produtores não se vejam reféns da volatilidade, almejando renda e lucros?**

LD: O conhecimento de seus custos é a informação básica. Os produtores precisam planejar para acessar as linhas de crédito formadas com cooperativas e exportadoras de modo a atuarem no mercado no momento mais oportuno.

Agroanalysis: **Na safra 2017/18, houve um momento crítico de baixos preços. Muitos agricultores pediram a intervenção governamental no mercado. Este seria o caminho?**

LD: As intervenções são terríveis para o mercado. Estas decisões podem ajudar quando ocorrem, mas as saídas são complexas. Outro problema está no incentivo para aumentar a produção, tanto no Brasil, quanto em nossos concorrentes mundo afora.

Agroanalysis: **Como profissionalizar os produtores de regiões onde os custos de produção são mais elevados?**

LD: Atualmente, esta é uma ação fundamental. O melhor caminho a ser tomado pelos produtores segue no sentido de que se capitalizem e cuidem da gestão. Desta maneira, paralelamente, devem fazer a renovação e a mecanização das lavouras, com a eliminação dos cafezais velhos e improdutivos.

NO SÉCULO XXI, EVITAR OS RISCOS DO PASSADO




BRENO MESQUITA
PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

MACIEL SILVA
ASSESSOR TÉCNICO DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CNA

Eventos meteorológicos e de mercado são conhecidos fatores de risco da atividade cafeeira. Quem nunca ouviu falar da queima do café de 1931, após a disruptura da economia mundial, com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929? Essa foi uma tentativa do então presidente, Getúlio Vargas, de reduzir a oferta de café e elevar os preços da *commodity*. Isso se caracterizou como uma drástica interferência governamental no mercado.

A geada negra de 1975 constitui outro fato histórico da cafeicultura nacional. Houve uma dizimação dos cultivos do Paraná, que, na época, era o maior produtor nacional, ocasionando uma redução drástica da produção nacional.

Esses registros demonstram os riscos vivenciados pela atividade e as implicações sociais e econômicas para o País. Frente a isso, diversas iniciativas foram executadas para regular os resultados econômicos da cafeicultura. Uma delas resultou na criação do Funcafé, em 1986, cujos recursos se encontram disponíveis para financiamento do setor até os dias atuais.

No entanto, com a evolução tecnológica no campo e as ferramentas de gestão de risco já disponíveis, o Brasil precisa ir além. Os financiamentos e as políticas de interferência no mercado não mais garantem sustentabilidade econômica para a atividade. Isso pode ser corroborado pelas inúmeras renegociações de dívidas realizadas nas últimas décadas. Assim, a CNA considera que a melhoria da gestão, a redução dos riscos e a agregação de valor na produção devem somar-se a esses instrumentos no processo evolutivo da cafeicultura.

Em 2018, as ações da CNA promoveram adequações nos financiamentos, com a ampliação do período de disponibilização dos recursos e a redução do *spread* bancário do Funcafé. Para 2019, o nosso trabalho será no sentido de aprimorar e popularizar o seguro rural e as ferramentas de *hedge*, viabilizando o acesso dos pequenos cafeicultores a eles.

Quanto à gestão, o sistema CNA/SENAR, por meio do projeto Campo Futuro, há onze anos, busca maiores eficiência, competitividade e renda para os cafeicultores. Mais recentemente, o programa de Assistência Técnica e Gerencial do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também assumiu essa missão. Até o momento, já são 1.595 propriedades de café atendidas e 22.989 visitas (dos técnicos aos produtores) já realizadas.

Como acredita que a agregação de valor deve somar-se ao processo de gestão, a CNA buscará a modernização dos modelos de comercialização, além da ampliação e da valorização da produção de cafés especiais. Com isso, os cafeicultores brasileiros deverão comercializar tão bem quanto produzem.

Necessitamos de um maior engajamento governamental e da cadeia produtiva em prol da gestão de risco aos cafeicultores. Só assim o Brasil terá mecanismos de garantia de renda condizentes com a cafeicultura do século XXI. Essa é a condição para mantermos o nosso papel de destaque no cenário mundial, suprindo a demanda crescente por cafés de qualidade e sustentáveis.

CAFÉ PARA O MUNDO

Cecafé
Conselho dos Exportadores de Café do Brasil





MARCOS MATOS
DIRETOR-GERAL DO CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ)

EDUARDO HERON
DIRETOR TÉCNICO DO CECAFÉ

O agronegócio de café, representado pelos segmentos da produção, da indústria e da exportação, tendo como alicerces a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, é motivo de orgulho nacional tanto no mercado interno, quanto no mercado mundial.

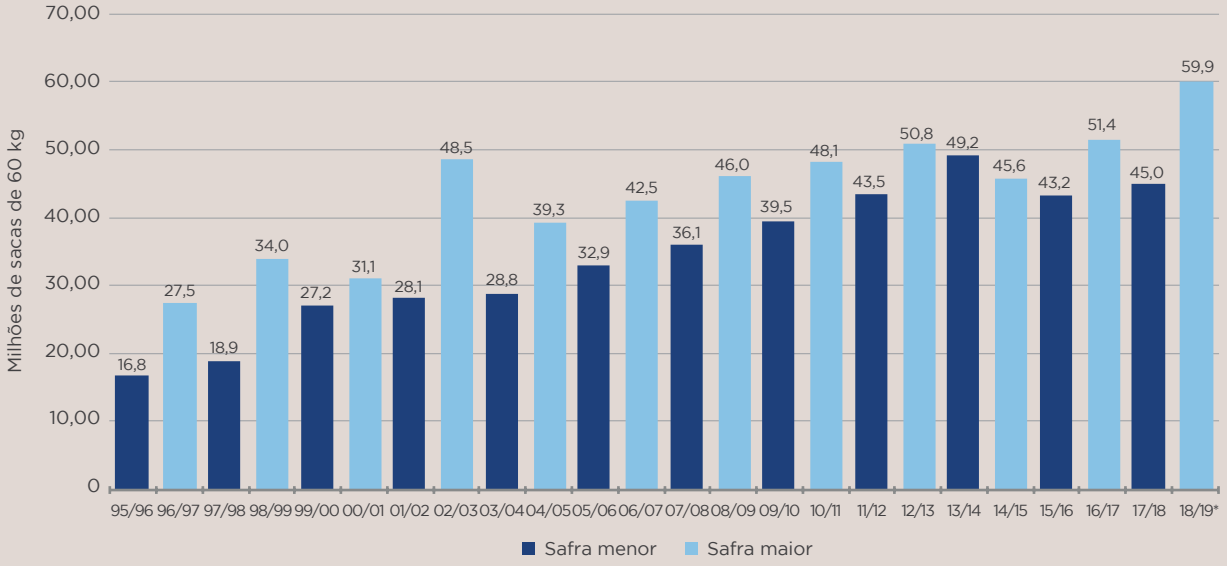
De acordo com o levantamento do CECAFÉ, estima-se que o setor fechará o ano de 2018 registrando um número total embarcado entre 34 milhões e 35 milhões de sacas de 60 kg vendidos para o exterior (verde e solúvel), acima dos 31 milhões do ano passado.

O aumento dos embarques reflete a recuperação brasileira nas exportações globais, com a maior oferta de café na safra 2018/19, calculada em 59,9 milhões de sacas, alta de 33% em relação ao ciclo anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O crescimento na produção deve-se à bienalidade positiva do café Arábica e, também, à recuperação da produção nas áreas de Conilon depois da quebra registrada em safras anteriores, além do aumento da produtividade, que passou de 24,14 para 32,17 sacas por hectare entre as safras 2017/18 e 2018/19.

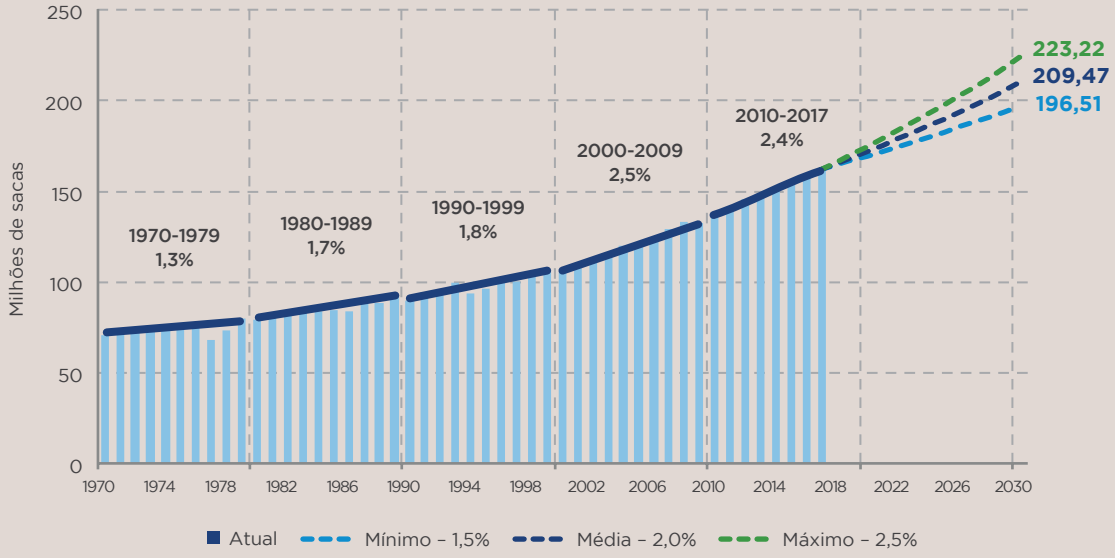
O aumento da produção de café pelo Brasil é de fundamental relevância frente aos desafios do País para o abastecimento global: o consumo tende a crescer cerca de 2,2% ao ano, sem considerar mercados que estão despontando como futuros novos *players* de consumo na Ásia, como China, Índia, entre outros. O sabor do café brasileiro

EVOLUÇÃO DAS SAFRAS BRASILEIRAS DE CAFÉ



* Previsão
Fonte: Conab

CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ E PROJEÇÃO ATÉ 2030



Fonte: OIC

vem conquistando cada vez mais o paladar da população desses países.

O Brasil é protagonista em exportação, consumo e produção de café. A agenda do próximo governo deve contemplar investimentos em infraestrutura e logística. Esperamos redução de taxas e custos portuários e de frete. Já na área de pesquisa e desenvolvimento, esperamos obter mais eficiência e inovação e novas variedades. Com uma comunicação institucional voltada para a promoção da sustentabilidade e da qualidade do consumo da bebida, o café fortalecer-se-á ainda mais como orgulho nacional, com um cenário sólido e promissor.

SHUTTERSTOCK





SHUTTERSTOCK

FORTALECIMENTO INTERNACIONAL DO SOLÚVEL



AGUINALDO LIMA
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS)

Após registrar um declínio de 410 mil sacas em 2017, com recuo aos níveis registrados em 2014, o segmento de café solúvel do Brasil fortificou-se nas relações internacionais. Neste ano, esperamos registrar uma recuperação nas exportações do produto próxima de 5%, com um volume ao redor de 3,65 milhões de sacas.

O desempenho menor no ano passado foi fruto da crise de abastecimento de café Conilon, ocorrida entre agosto de 2016 e abril de 2017 em consequência da seca no maior estado produtor de Robusta no Brasil, o Espírito Santo.

As vendas externas das indústrias de solúvel acontecem com antecedência de seis a doze meses. A falta de matéria-prima naquele período associou-se com a insegurança quanto à safra futura. Os preços internos também ficaram muito acima dos do mercado internacional. Esse conjunto de fatores impactou diretamente sobre a perda de contratos de fornecimento, cujo resultado se concretizou em 2017.

Em março deste ano, porém, a ABICS e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) assinaram um convênio para a implantação do projeto setorial "Brazilian Instant Coffee". Esta parceria visou à promoção dos solúveis nacionais de modo a consolidar a posição nacional de maior produtor e exportador mundial. Desenvolvemos negócios com mais de 120 países. O acordo prevê, ainda, um projeto de *branding*, concluído em novembro último, para criar uma nova marca que representará a imagem internacional do café solúvel brasileiro.

Essa iniciativa é um marco para o setor. Trata-se de uma ação inédita das indústrias nacionais em conjunto à Apex-Brasil para potencializar a promoção internacional do segmento. Há quarenta anos, o País é líder mundial na produção de solúvel, com representatividade de 37% no mercado global e *market share* de 28% na exportação.

As ações do "Brazilian Instant Coffee" garantirão a fatia atual de mercado e ampliarão com mais força

a presença do café solúvel brasileiro no exterior. As exportações proporcionam divisas anuais de US$ 650 milhões. Precisamos aumentar a nossa competitividade num momento em que novos produtores se posicionam no mercado.

A iniciativa adotada em parceria com a Apex-Brasil insere-se no Plano de Desenvolvimento do Café Solúvel do Brasil, lançado em 2016 pela ABICS. A meta é alavancar o volume das exportações e o consumo interno brasileiro em 50% durante os próximos dez anos.

A ABIC REINVENTA-SE COM MAIS TECNOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO

Durante a SIC 2018, em novembro último, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) mostrou por que é uma entidade à frente do seu tempo. Em 1989, foi pioneira no programa de autorregulamentação com o Selo de Pureza ABIC. Em 2004, protagonizou o primeiro programa de classificação alimentar do mundo com o Programa de Qualidade do Café (PQC). Agora, a Associação pretende aliar tecnologia aos métodos de classificação de café.

Na ocasião, o presidente da ABIC, Ricardo de Sousa Silveira, assinou um Termo de Cooperação Técnica (TCT) com a Embrapa Instrumentação, de São Carlos-SP, representada pelo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Sebastião Barbosa. O objetivo é oferecer melhorias à aplicabilidade e ao desempenho do CoffeeClass, tecnologia desenvolvida pela Embrapa Instrumentação com emprego de visão computacional e inteligência artificial para conferir a qualidade global do café torrado e moído. Qualidade global da bebida é a percepção conjunta dos aromas da bebida e do seu grau de intensidade.

Essa parceria prevê a concepção e o incremento de um sistema para armazenamento *on-line* de imagens e informações extraídas dos laudos de qualidade do PQC. As amostras enviadas pela entidade serão de grande valia para o progresso tecnológico do CoffeeClass.

O CoffeeClass interpreta padrões em imagens ampliadas do café torrado e moído e os correlaciona à qualidade global identificada na bebida. Para isso, emprega técnicas de imagem de refletância e fluorescência, que usam luzes diferenciadas sob a amostra do café torrado e moído para evidenciar compostos ligados à qualidade da bebida. Este processo é codificado pela inteligência artificial do sistema, que, por meio dos padrões predefinidos, é capaz de identificar a qualidade global do café em análise.

Ainda um protótipo, a ferramenta CoffeeClass prossegue sendo aperfeiçoada, com apoio e envio de amostras pela ABIC, e, em pouco tempo, estará à disposição.

Segundo o diretor executivo da ABIC, Nathan Herszkowicz, o CoffeeClass é mais do que um simples projeto: "Ao abrir para os consumidores o conhecimento das características dos cafés, ele resolve um problema secular ao permitir que eles percebam que os cafés não são todos iguais. Acreditamos que o CoffeeClass influenciará positivamente o consumo de café e colocará o Brasil na vanguarda da tecnologia aplicada à bebida". ■

OUTRAS INICIATIVAS: DE OLHO NO CAFÉ

O aplicativo De Olho no Café ajuda a levar tecnologia à classificação de café. Com ele, o consumidor verifica, em tempo real, pelo seu celular, as certificações conferidas pela entidade que cada marca possui. Desenvolvido pelo Instituto Totum, agência responsável pelo gerenciamento dos programas da ABIC, o aplicativo é fornecido gratuitamente na Google Play Store e na App Store.

A utilização do aplicativo é bastante intuitiva e simples. Após a sua instalação no celular, basta ao consumidor abri-lo e escanear o produto de duas formas: pelo código de barras da embalagem por meio de um leitor da câmera; ou digitando o código de barras da embalagem por meio do teclado do celular.



SHUTTERSTOCK

2ª REUNIÃO CANAPLAN 2018

AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO CENTRO-SUL

REAVALIAÇÃO DA SAFRA 2018/19 E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2019/20

Equipe Canaplan: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Fernando Carvalho, Nilceu Cardozo, Bernardo Yasuhiro Ide, Julio Campanhão, Ericson Marino, Ciro Sitta e Denis Oliveira

Clara opção pela produção de etanol

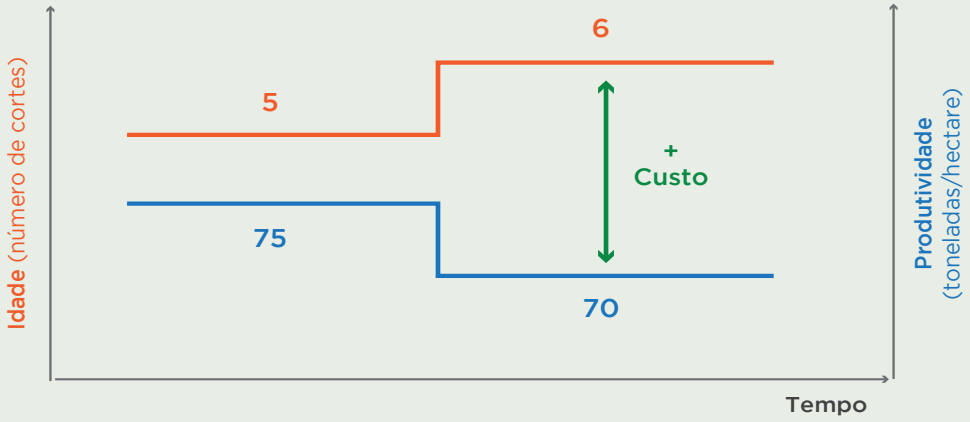
Na abertura do evento, Caio Carvalho abordou os riscos internos principais no Brasil, como o déficit fiscal e o baixo investimento público por vários anos. O ano de 2018 caracteriza-se como difícil e complexo, dada a clara opção do setor sucroenergético pela moagem das canas para o etanol na região Centro-Sul brasileira. Com um *mix* de produção de açúcar abaixo de 36%, o setor produtivo tomou a decisão correta em face dos melhores preços relativos do etanol frente aos do açúcar, mas tendo de enfrentar subida nos custos de produção e queda na produtividade agrícola.

Foram salientados os aspectos-chave da safra 2018/19, em desenvolvimento, como o baixo índice de renovação do canavial na safra 2017/18, de 12%, para a colheita na safra 2018/19. Isso levou a planta a uma idade média mais elevada e uma maior exposição ao clima. A forte seca durante o período de março a agosto de 2018, aliada aos fatores associados ao endividamento e a dificuldades de acesso da maioria das unidades produtoras ao crédito, além da redução da área de colheita, explicita a visão cada vez mais complexa do processo para a recuperação setorial. Afinal, o impacto disso tudo significou o aumento efetivo dos custos de produção.

Em termos de perspectivas, há indícios e análises importantes de diferentes preços do petróleo e impactos sobre os preços do etanol na perspectiva do cenário traçado de 2019 a 2020 pelo Rabobank. O estudo possui como premissas o sistema de precificação da gasolina e a estrutura tributária atuais.

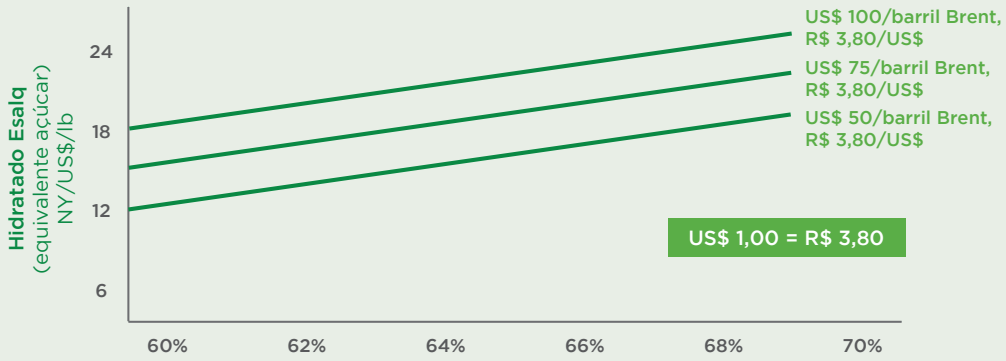
As perspectivas de petróleo com preços entre US$ 60 e US$ 70 por barril permitem antever o etanol

MUDANÇA ESTRUTURAL NOS CANAVIAIS



Fonte: Canaplan

PERSPECTIVA DE PREÇOS DO PETRÓLEO
BRENT POR BARRIL EM 2019 E 2020



Preço do hidratado na bomba como % do preço da gasolina na bomba em São Paulo
Fonte: Andy Duffy; reunião do Rabobank em 17 de outubro de 2018

Fonte: OMC; elaboração: MB Agro

hidratado equivalente ao açúcar nº 11 (NY) ao redor de US$ 15 c/lb, com preços do produto na bomba equivalentes a 65% dos preços da gasolina.

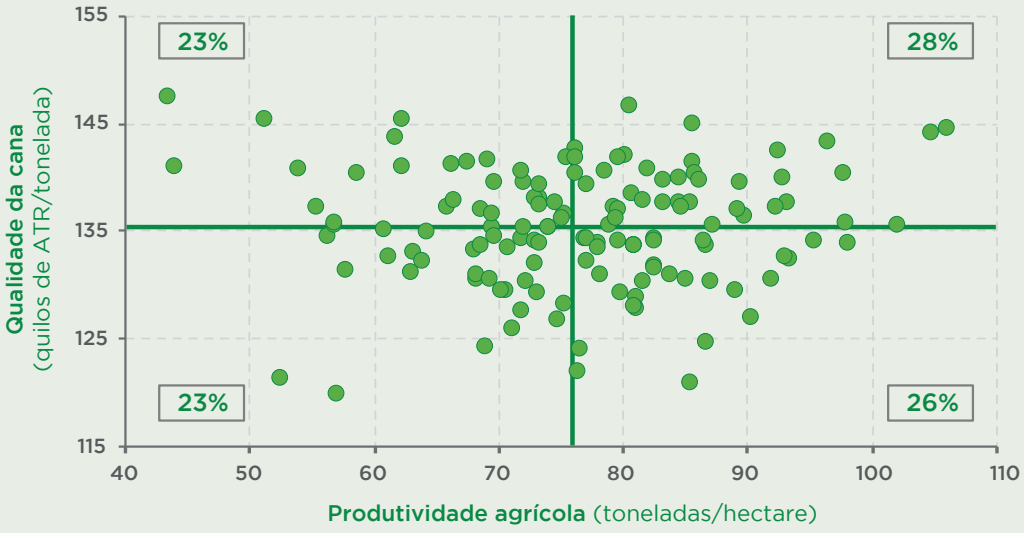
Debateu-se, também, a importância da regulação final do RenovaBio em 2019, já com o próximo governo eleito, para passar a valer a partir de janeiro de 2020.

No painel dos produtores de insumos modernos e máquinas, foi discutida a produtividade agrícola, com coordenação de Paulo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Izabel) e participação dos painelistas Antonio Marcos Corder (MICROGEO®), Carlos Graminha (John Deere), Carlos Peres (Arysta LifeScience), Fábio de Carvalho (Corteva), Nilton Degaspari (BASF), Leonardo Brusantin (FMC), Leonardo Pereira (Syngenta) e Paulo Donadoni (Bayer).

O painel versou sobre a enorme dispersão de resultados obtidos nas unidades industriais do Centro-Sul na safra 2018/19 até a posição de 1º de outubro de 2018.

PRODUTIVIDADE X QUALIDADE: DISPERSÃO DOS RESULTADOS DAS UNIDADES NA REGIÃO CENTRO-SUL, NA SAFRA 2018/19*

DADOS ACUMULADOS ATÉ 1º DE OUTUBRO DE 2018



* Quadrantes divididos pela média da região Centro-Sul
Fonte: Canaplan

Na opinião desses profissionais e da plenária, quando consultados, a idade do canavial foi, sem dúvida, o mais importante fator para a queda da produtividade média setorial. Foram analisadas as ações quanto ao uso de fertilizantes e defensivos ainda em 2018 para o maior desenvolvimento das canas para a safra 2019/20 vindoura. Notou-se grande preocupação referente à idade do canavial.

A equipe Canaplan apresentou a sua reavaliação da safra 2018/19 e um primeiro olhar para a safra seguinte, 2019/20. Ciro Sitta mostrou a melhoria da qualidade das canas no Centro-Sul e a piora da produtividade agrícola em relação à safra 2017/18.

A queda acumulada da produtividade é expressiva até a posição de 1º de outubro de 2018 no



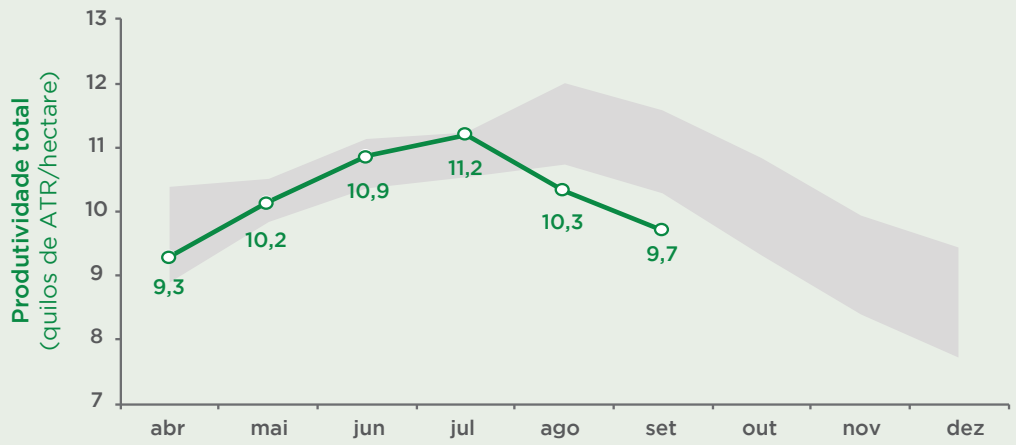
SHUTTERSTOCK

Centro-Sul, o que leva, no final, a um resultado – em toneladas de Açúcares Totais Recuperáveis por hectare (ATRs/ha) – bem abaixo da banda relativa às últimas cinco safras.

É relevante observar o fato de a queda na produtividade agrícola acumulada até 1º de outubro de 2018 mostrar grande variação, sendo que 72% das unidades registraram isso, enquanto 28% delas apresentaram ganhos de produtividade.

Nilceu Cardozo fez uma avaliação do efeito clima e tomou 2014 como referência comparativa, pela razão de ter sido um ano muito seco também. Percebeu-se uma menor precipitação pluviométrica de abril a setembro de 2018 em relação a 2014 e

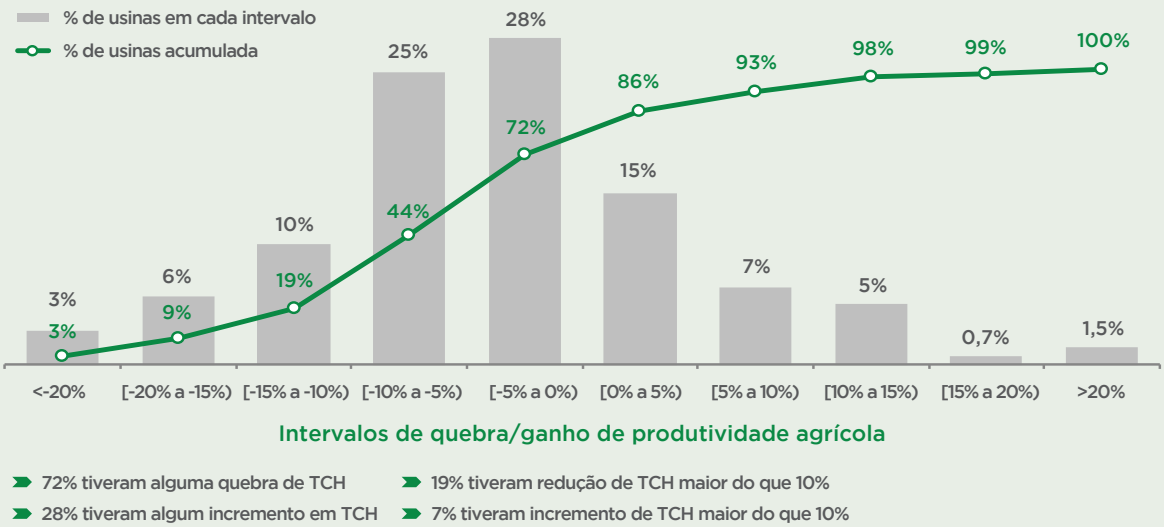
REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUTIVIDADE TOTAL (QUILOS DE ATR/HECTARE) MENSAL NA SAFRA 2018/19 *VERSUS* SAFRAS ANTERIORES



Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA ACUMULADA ATÉ 1º DE OUTUBRO (2018 *VERSUS* 2017)

DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS EM INTERVALOS DE QUEBRA/GANHO



Nota: TCH = toneladas de cana por hectare
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO SUL: PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR

SAFRA	Milhões de toneladas de cana
2016/17	8,2
2017/18	7,7
2018/19	7,7
2019/20	7,7

Fonte: Canaplan

uma produtividade menor em 2018 devido ao canavial estar mais envelhecido.

Analisando os limites da recuperação, Nilceu explicou o crescimento efetivo do uso do Método Interrotacional Ocorrendo Simultaneamente, conhecido como Meiosi, no plantio. Isso levou ao menor uso de mudas e, como consequência, a uma maior moagem de canas. Já a moagem de canas mais jovens nos dois primeiros terços da safra provocou a queda brusca da produtividade agrícola no terço final da safra.

Citando detalhadamente uma involução setorial pelo envelhecimento do canavial em face de menores taxas de renovação há anos, o desenho do canavial do Centro-Sul tende à redução.

Para os próximos anos, será fundamental reverter o comportamento dos plantios.

Bernardo Ide fez uma análise sobre a biometria dos canaviais, em que foram amostradas canas no estado de São Paulo, com a percepção de canas "atrasadas", mas perfilhadas e que, dependendo das condições do verão de 2019, podem reagir ao seu atual menor estágio de desenvolvimento vegetativo.

Na apresentação da avaliação final, Caio Carvalho mostrou as expectativas do final da safra 2018/19, já incluindo o mês de março de 2019, ainda considerado como safra 2018/19.

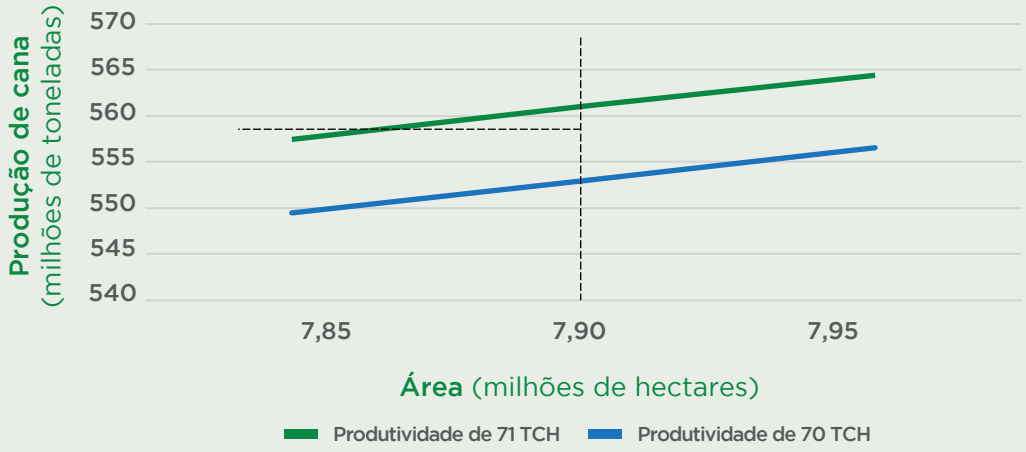
Como primeira visão da safra 2019/20, pode-se antecipar o seguinte:

- 2019 será um ano de mudanças políticas e o ano do RenovaBio.
- Haverá tendência de redução da área de produção.



- Segue o envelhecimento do canavial.
- Haverá mudanças estruturais com o Meiosi, a idade do canavial e a estratégia de colheita.
- A safra será alcooleira, com a Ásia produzindo açúcar e o petróleo segurando o etanol.
- Custos subirão, e as margens serão apertadas para o produtor.
- Em um clima provável, mesmo com os canaviais envelhecendo, as chuvas do final de inverno e da primavera, antecipadas, ajudarão na produção de 2019, de forma a até manter a oferta citada. ■

REGIÃO CENTRO-SUL: EXPECTATIVAS DO FINAL DA SAFRA 2018/19 PARA ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Canaplan



SHUTTERSTOCK



DIVULGAÇÃO

COOXUPÉ

COOXUPÉ ALERTA PRODUTORES SOBRE A BROCA-DO-CAFÉ PARA EVITAR PREJUÍZOS NOS CAFEZAIS

É fundamental eliminar frutos remanescentes da safra anterior, investir em um manejo eficiente e observar o comportamento da praga

A BROCA-DO-CAFÉ é uma ameaça real aos cafezais das principais regiões produtoras do Brasil, e, se o cafeicultor não tomar as providências necessárias para um controle efetivo, os prejuízos serão significativos para a próxima safra. Esse é o alerta do Departamento de Desenvolvimento Técnico da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé).

O inseto responsável pelos estragos é um pequeno besouro com nome científico de *Hypothenemus hampei*. Ele perfura o grão do café geralmente pela parte da coroa e, lá dentro, coloca os ovos. Depois, transforma-se em larva, que se alimenta da parte interna do café, comprometendo a qualidade e o peso dos grãos. Os danos referem-se à queda da produtividade, à pior qualidade e à perda de competitividade.

Na safra 2017/18, do total de café recebido pela Cooxupé, 3,43% eram brocados. Em 2016/17, foram 6,52%. Segundo a cooperativa, o recebimento de café brocado nas últimas colheitas tem mostrado que, nos anos de safra mais baixa, o problema tende a aumentar.

Diante de uma maior incidência do ataque da broca, o monitoramento é fundamental e deve ser feito a partir de sessenta a noventa dias da principal florada. A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), por exemplo, disponibiliza uma planilha para medir a porcentagem de infestação da praga. Ao atingir de 1% a 2% de infestação, a equipe de profissionais agrônomos da Cooxupé recomenda o início da pulverização com inseticidas específicos para o controle.

"Há uma tendência de iniciar a aplicação de inseticidas de choque associados à *Beauveria bassiana* sessenta dias após a principal florada, havendo a presença da praga. A utilização de armadilhas pode ajudar na tomada de decisão para iniciar o controle químico associado à *B. bassiana*", explica a equipe de agrônomos da Cooxupé.

As aplicações subsequentes de inseticidas devem levar em conta:

- a porcentagem de infestação (planilha de monitoramento);
- a alternância de princípios ativos e o modo de ação dos inseticidas; e
- a tecnologia de aplicação adequada (revisão e adequação dos pulverizadores).

CAFEEIROS VULNERÁVEIS

O prejuízo nos cafezais provocado pela broca começa quando as fêmeas adultas fecundadas fazem as galerias nos frutos para colocar os seus ovos. Porém, o comprometimento maior é ocasionado pelas larvas, que se alimentam das sementes até se tornarem adultas. Os insetos alimentam-se de sementes de café verde que não estejam mais no estágio aquoso, de café maduro e, também, de café seco. O macho, além de ser menor do que a fêmea, não possui asas e passa toda a sua vida no fruto em que foi gerado.

Diante disso, segundo o Departamento de Desenvolvimento Técnico da Cooxupé, são recomendados eliminação dos frutos remanescentes da safra anterior (colheita bem-feita, repasse e varrição), investimento em manejo eficiente e observação do comportamento da praga.

DE OLHO EM 2019

Os prejuízos para a próxima safra podem ser significativos caso o cafeicultor não tome as devidas providências para o controle da praga. A infestação pode impactar toda a cadeia de café. Por exemplo:

- Para o cafeicultor – queda de produtividade e pior qualidade;
- Para a cooperativa – maior custo no preparo do café devido à necessidade de remaquinar, além do estoque de cafés brocados, o que representa perda de competitividade;
- Torrefação – menor disponibilidade de cafés para uso interno, ou seja, limitação do uso de cafés brocados conforme portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"Para obter sucesso no controle da broca-do-café e evitar todos esses prejuízos impactantes, o cooperado da Cooxupé encontra no Departamento de Desenvolvimento Técnico uma equipe de profissionais qualificada para orientá-lo e prestar assistência à sua lavoura. Nosso objetivo é que os produtores alcancem cada vez mais qualidade, ganhando, assim, mais competitividade", afirma o gerente do setor da Cooxupé, Mário Ferraz. ■

CUIDADOS PARA UM MANEJO EFICIENTE DA BROCA-DO-CAFÉ

- Colheita bem-feita;
- Repasse;
- Varrição;
- Trincha (lavouras mecanizadas);
- Esparramação do cisco.



DIVULGAÇÃO



MADE IN FARM

O FUTURO EM NEGOCIAÇÃO DE GRÃOS CHEGOU.

- Acesse madeinfarm.com.br/cafeverde
- Cadastre-se como pessoa física ou jurídica.
- Coloque à venda seus lotes de café.
- Negocie diretamente com os compradores.
- Avalie a negociação e ganhe pontos na Rede AgroServices.



Made in Farm é uma iniciativa da Rede AgroServices para colocar o seu café no mercado.

madeinfarm.com.br/cafeverde

rede AgroServices
pelo desenvolvimento do agronegócio

O CICLO BENÉFICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

ALESSANDRA FAJARDO
Engenheira agrônoma e diretora de Políticas Agrícolas e Relacionamento com Stakeholders da Bayer

Se é Bayer, é bom



OS DESAFIOS da agricultura moderna são muitos, mas, talvez, o principal seja produzir mais com menos e de forma ambientalmente sustentável. Todos sabemos da demanda crescente por alimentos no mundo e que, em 2050, teremos uma população estimada em mais de 9 bilhões de pessoas, sendo o Brasil um dos poucos países com condições de atender esta demanda.

Terra, água e clima ajudam-nos a produzir o suficiente para alimentar a população brasileira e, ainda, ser o terceiro maior exportador de *commodities* agrícolas, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC). A produção mundial de alimentos precisará aumentar 70%, e os cereais devem aumentar para 3 bilhões de toneladas por ano, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Diante do desafio da segurança alimentar, os cuidados com água e solo se destacam. É na terra e na água que tudo começa e termina ao longo de uma safra. Eles são complementares, protagonistas da produção de alimentos; são elementos naturais de uma indústria a céu aberto que permitem ao homem fazer agricultura desde o período pré-histórico.

Cuidar da sustentabilidade desses dois elementos é primordial para que haja agricultura, principalmente no Cerrado, onde há terras com déficit nutricional. Por exemplo, na fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada em Água Fria de Goiás-GO, cuidados com solo e água são praticados desde 1995, quando os proprietários se instalaram na região. Hoje, a propriedade faz parte do projeto FowardFarming, iniciativa liderada pela Bayer que promove a sustentabilidade em propriedades agrícolas em todo o mundo.

Com pelo menos cinco reservatórios que guardam água da chuva e uma nascente que fica dentro da fazenda, a preocupação com o uso racional da água estende-se pelos 2.700 hectares da área da família Fiorese, que consegue irrigar 30% da área plantada e iniciar o plantio mais tranquilamente, independentemente do clima. Também há bacias de captação de água ao longo das estradas que cortam a propriedade; assim, a construção evita erosões, e a água retorna ao lençol freático.

Instituições como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o Núcleo de Avaliações de Políticas Climáticas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (NAPC/PUC-Rio) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) realizaram estudos indicando que o Brasil é um dos países que possuem as regras mais rígidas de proteção de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) apontam que áreas dedicadas à preservação de vegetação nativa pelos agricultores são maiores do que a superfície de qualquer país da União Europeia ou mesmo da América Latina, com exceção da Argentina.

Praticar a sustentabilidade verde é um dever, está na lei, mas o agricultor que é dependente da tal indústria a céu aberto não é sustentável apenas por obrigação, fazendo-o por ter a certeza de que a terra devolve o cuidado que é semeado. Plantamos e colhemos mais de uma safra de vários alimentos ao longo do ano e, à medida que todos cuidarem da terra e da água, teremos ainda mais acréscimos na produtividade, e com responsabilidade. ■

RASTREABILIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicaram a Instrução Normativa Conjunta (INC) n° 2/18, referente à rastreabilidade de vegetais frescos (frutas e hortaliças). Esta INC estabelece a obrigatoriedade da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva para monitorar e controlar resíduos de agrotóxicos.

Para tanto, uma série de procedimentos precisa ser adotada pelos agentes da cadeia, em todo o Brasil, desde a produção, passando pelo beneficiamento, pela distribuição/transporte e pelo armazenamento, até a comercialização de frutas e hortaliças frescas. Algumas informações obrigatórias devem ser registradas em cada etapa, com vistas a permitir a identificação de eventuais inconformidades por meio da análise do caminho percorrido, de tratamentos feitos e de manipulações realizadas nos produtos.

Está previsto que a fiscalização inicie em janeiro de 2019, mas culturas como batata, alface, repolho, tomate, pepino, cítrus, uva, maça e goiaba estão sujeitas à rastreabilidade desde agosto, enquanto outras deverão adequar-se até fevereiro de 2019 ou janeiro de 2020, conforme o cronograma estabelecido na INC.

A rastreabilidade exige dos produtores a adoção de práticas gerenciais nas propriedades para tornar exequíveis os controles e os registros obrigatórios. Basicamente, cinco elementos são essenciais no processo: (i) boas práticas agrícolas; (ii) identificação do lote; (iii) caderno de campo; (iv) nota fiscal ou correspondente; e (v) rótulo nas embalagens.

Em parte, a normativa em questão advém de uma preocupação da sociedade e do Ministério Público a respeito dos resíduos químicos encontrados nos produtos agrícolas. Ocorre que o problema, se verificado a fundo, deve-se, preponderantemente, à ausência de defensivos registrados para as pequenas culturas (*minor crops*), as chamadas Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI).

O custo elevado das análises e a burocracia do processo de registro em múltiplos órgãos públicos determinaram uma precária situação de suporte fitossanitário, em especial para as *minor crops*. Como consequência, para evitar perdas consideráveis e viabilizar as atividades agrícolas, as pequenas culturas lançam mão de defensivos que não estão registrados para determinadas culturas/pragas, o que não quer dizer que há extrapolação de limites de toxidade ou riscos à saúde.

Portanto, a questão central não é a má utilização ou a aplicação excessiva de defensivos, mas a falta de registro de algumas moléculas químicas sem as quais os produtores não conseguem proteger seus cultivos e manter um nível adequado de produtividade e produção.

A publicação da INC n° 2/18 é louvável, vindo para modernizar os processos e oferecer maior segurança aos consumidores, contudo questionamos a ordem das ações implementadas e os prazos fixados.

Considerando que a situação da insuficiência de suporte fitossanitário é de conhecimento geral e que a rastreabilidade e a fiscalização da vigilância sanitária continuarão apontando para o mesmo problema, não seria mais razoável e justo concentrar esforços para resolvê-lo antes de partir para ações que vão redundar em fiscalização e autuação? ■

MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS

ELOISA DUTRA CALDAS
Ph.D. e professora titular de Toxicologia na Universidade de Brasília (UnB)

APESAR DAS limitações orçamentárias, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) aumentou os pesticidas, as amostras e os alimentos analisados. O número de amostras ainda é pequeno para a dimensão do País.

Em relação aos resultados, as estatísticas são comparáveis com as dos EUA e da Europa em termos de percentual de amostras com presença de algum resíduo acima do Limite Máximo de Resíduo (LMR) ou uso não registrado para a cultura. No Brasil, como em outros países, o segundo caso é mais frequente.

Quando o tema são resíduos em alimentos, a principal área de pesquisa é a dos métodos de análise, principalmente de multirresíduos. Alguns pesticidas precisam de métodos específicos, como o glifosato, por exemplo. Poucos laboratórios dedicam-se a essa área, devido ao alto custo. Outra deficiência ocorre com a avaliação de risco na dieta, em que somente o Laboratório de Toxicologia da UnB trabalha de maneira sistemática.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), avalia o consumo de alimentos da população para fins de risco nos indivíduos a partir de dez anos. Como a pesquisa não é feita abaixo desta faixa etária, a avaliação de risco fica mais crítica e limitada no País.

Os resultados do PARA apresentam um grande número de amostras com resíduos de pesticidas não registrados para a cultura. É importante um trabalho de informação constante para que os pequenos agricultores se beneficiem das novas inclusões e se inseriram na legalidade.

Nos resultados da avaliação de risco crônico, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) utiliza o LMR para medir a concentração de resíduos. Este método não é real, pois superestima a exposição dos indivíduos ao assumir que os pesticidas usados nos alimentos têm registro de uso, sem considerar se são processados e têm resíduos no nível do LMR.

Na maioria dos países, a avaliação de risco crônico no processo de registro utiliza o valor mediano dos resíduos encontrados nos estudos de campo. Esta é a estratégia usada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para subsidiar as decisões do Codex Alimentarius na fixação do LMR internacional.

A avaliação de risco depende das limitações dos dados, do método para estimar a exposição e do nível de conservadorismo. Mesmo a Ingestão Diária Aceitável (IDA) tem incertezas. Na comunicação dos resultados do PARA, a Anvisa apenas reportava o percentual de resíduos encontrados, os alimentos e as irregularidades. Alguns setores da sociedade inferiam conclusões sem base científica.

Para dar mais confiança à sociedade, a Anvisa incluiu a avaliação de risco na sua comunicação. No alimento, a presença de resíduos de pesticidas, mesmo se acima do LMR e sem registro, pode não significar risco para a saúde, de acordo com estudos feitos no Laboratório de Toxicologia.

Não se deve deixar de comer uma salada mesmo que os seus ingredientes tenham sido tratados com pesticidas no campo. Os benefícios do consumo de frutas e vegetais para evitar vários tipos de câncer são maiores do que os potenciais riscos relacionados à presença de resíduos de pesticidas. ■

DIÁRIO DE BORDO

FELIZ ANO NOVO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

LÁ SE vai 2018, deixando um importante legado de grandes mudanças para o País, sobretudo quanto ao resultado das eleições, nas quais o nosso povo mostrou cansaço do cenário político que tínhamos até então.

Além da eleição de um presidente com tendência mais conservadora, houve uma surpreendente renovação no Congresso Nacional: na Câmara dos Deputados, a renovação foi de 51,1%, a maior desde 1990, com uma substancial alteração na participação dos partidos políticos no fragmentado cenário. Partidos até então dominantes, como MDB, PSDB, PP, DEM e, até mesmo, PT, perderam posições em favor de outros, com destaque para o PSL – partido do presidente eleito –, que saltou de um deputado eleito, em 2014, para 52, compondo a segunda maior bancada, logo atrás do PT.

O setor agropecuário deixou, também, a sua herança: a inovadora proposta de um plano de Estado costurado a quatro mãos entre as instituições da cidade e as do campo e cujo objetivo é transformar o Brasil em campeão mundial da segurança alimentar até 2030. O "Plano de Estado – Brasil 2030" tem dez prioridades que valem a pena recuperar às vésperas de um novo governo que começará dentro de poucos dias. São elas:



- Avançar com reformas que garantam o equilíbrio das contas públicas, em especial a previdenciária, a tributária e a política;
- Priorizar o seguro rural e demais instrumentos de gestão de risco como instrumentos centrais para uma moderna política de renda no campo, mas sem esquecer a desburocratização do atual crédito rural, dando força total às cooperativas de crédito;
- Firmar acordos comerciais bilaterais com os principais mercados importadores de alimentos, como China, Estados Unidos, União Europeia, Japão, México e Coreia do Sul;
- Apoiar políticas que promovam a sustentabilidade do setor do agronegócio;
- Garantir segurança jurídica no campo, sobretudo quanto à questão fundiária e às normas trabalhistas;
- Fomentar a inovação tecnológica e aumentar o acesso do produtor a ela, inclusive desenvolvendo mecanismos de comunicação para o campo e, também, para a cidade;
- Fortalecer o sistema de defesa agropecuária, para que seja mais ágil e eficiente, reduzindo riscos de surgimento de pragas e doenças que reduzem a competitividade e eliminando fragilidades que tiram mercados importadores de carnes;
- Criar um ambiente regulatório transparente, visando impedir práticas monopolistas e, também, promover a livre-iniciativa, evitando tabelamentos e buscando recursos privados destinados à integração de modais de transporte, armazenagem e portos;
- Ampliar o volume de recursos para assistência técnica e extensão rural, tendo em vista a difusão de mecanismos de gestão e da consciência associativista e cooperativista, com ênfase no atendimento dos pequenos e dos médios produtores;
- Desenvolver programas que contribuam para a redução das emissões de gases do efeito estufa, como o RenovaBio na produção de agroenergia.

Com essa plataforma mínima, o agro terá um grande desenvolvimento no novo governo. ■

PRODUZIR

O NOVO PERFIL DO AGRO NA POLÍTICA

JOÃO ADRIEN
Diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O CENÁRIO de renovação política que marcou as últimas eleições tem tudo para impor uma nova dinâmica no Congresso Nacional. A expressiva taxa de renovação – de 51% na Câmara dos Deputados e 85% no Senado – superou qualquer projeção dos especialistas em política. A democratização das mídias sociais deu voz a uma população insatisfeita, que clamava por profundas transformações no Executivo e no Legislativo.

A renovação influenciou, também, a composição da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que teve menos de 38% dos deputados reeleitos. Como em qualquer período de transição, as mudanças podem assustar em um primeiro momento, mas há bons motivos para acreditar que a nova cara da política brasileira poderá deixar o agronegócio ainda mais forte e representativo.

É certo afirmar que, por um lado, a renovação não contribuiu para a reeleição de alguns deputados e senadores historicamente ligados ao setor, mas que, por outro lado, contribui para que outros nomes tenham a chance de mostrar serviço. Percebemos um crescimento expressivo de políticos eleitos com uma visão pró-mercado, vindos de partidos de centro-direita e direita, inicialmente alinhados com reinvindicações e anseios do setor agropecuário.

Vale ressaltar que, no chamado "núcleo duro da FPA", que reúne os deputados e os senadores mais atuantes em prol do setor, a reeleição foi superior, chegando a 45%. O percentual aponta para um sucesso maior dos políticos que efetivamente se aproximaram do trabalhador do campo. O recado foi claro: o produtor rural está atento ao trabalho desempenhado no Congresso e consegue ter a percepção de quem de fato está alinhado aos desafios da atividade.

Quando o Congresso estiver efetivamente montado, caberá às entidades do setor prestar apoios técnico e de comunicação à FPA no sentido de aproximar os novos parlamentares da dinâmica da bancada. Este trabalho já vem sendo feito intensivamente, em Brasília, dentro do Instituto Pensar Agro (IPA), suporte este que será essencial para os deputados e os senadores que ainda não conhecem a fundo o funcionalismo do Congresso.

A única certeza que temos é que 2019 não será um ano fácil. Estamos preparando-nos para um período de reformas complexas, mas extremamente importantes para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Temas relevantes para o setor entrarão em pauta, como o licenciamento ambiental, a compra de terras por estrangeiros e a nova lei de defensivos agrícolas.

Mais do que nunca, precisamos que os produtores rurais estejam engajados e atentos às decisões políticas que influenciam a atividade. Caberá às associações e às cooperativas do setor chamá-los para participar das discussões, sobretudo agora, com o fim da contribuição sindical obrigatória. Nessa nova realidade democrática, cabe ao produtor a opção de escolher se quer contribuir, com quanto vai contribuir e com quem vai contribuir.

O nosso desafio será nos mantermos conectados para não permitirmos que o setor se fragilize. O momento não é oportuno para se declarar isento da política. A democracia, para ser vivida plenamente, exige um comprometimento à altura da importância do agronegócio para o Brasil. Caso contrário, seremos comandados por quem não conhece a realidade do nosso setor. ■



OPINIÃO

GARANTIR MAIS DO QUE COMIDA NO PRATO

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A FUNÇÃO primordial da agricultura é produzir alimentos. No estado de São Paulo, mais do que apoiar a produção, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) vem realizando de forma bastante incisiva um trabalho voltado à alimentação saudável, tratado numa agenda maior do que é a segurança alimentar: o Direito Constitucional. A sociedade contemporânea não admite mais qualquer alimento, e a população paulista, seguindo tendências mundiais, tem demandado não apenas o conceito de comida no prato, mas uma alimentação de qualidade que possa, além de suprir as necessidades nutricionais, atender os padrões de saudabilidade dos alimentos, incluindo os orgânicos.

Essa agenda é um dos cinco pilares da administração da SAA iniciada na gestão do ex-secretário – o deputado federal Arnaldo Jardim –, em 2015, e que se seguiu na minha administração, na qual continuamos a apoiar tão relevante trabalho, liderado, no âmbito da SAA, pela Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro), que, nesse contexto, desenvolveu ações fundamentais.



Para isso, estamos deixando uma base sólida e concreta com a elaboração e a aprovação, em curso, do primeiro Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan-SP) – programado para entrar em vigor no período 2019-2023 –, que representa um marco histórico para a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do estado de São Paulo. Esse trabalho foi feito por muitas mãos, envolvendo o governo de São Paulo – reunido na Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo (CAISAN-SP), composta de vinte Secretarias de Estado – e a sociedade civil – reunida no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de São Paulo (CONSEA-SP).

O Plansan-SP possibilitará que tenhamos tangibilidade na questão da segurança alimentar, proporcionando parâmetros para as ações governamentais na área e fazendo com que, assim, se tenham mais ferramentas para administrar profissionalmente as políticas públicas e cumprir o preceito constitucional (artigo 6º), que, combinado a outras leis, estabelece que a pessoa tenha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade – Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) – sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. O Plano permitirá, inclusive, o monitoramento das ações e o assessoramento aos municípios paulistas para que implementem os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e elaborem Planos Municipais.

Tudo isso passa por diversos caminhos que a SAA e o governo do estado vêm trilhando, como o apoio à agricultura familiar – especialmente por meio do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) –, o incentivo às hortas urbanas e periurbanas – apoiadas pelo programa Hortalimento – e o lançamento do Kit Paulista da Alimentação Saudável – uma série de publicações (disponíveis também na internet) que coloca à disposição da população informações para que se alimente de uma maneira mais saudável e equilibrada. ■

REFLEXÃO

O BRASIL EM MUDANÇA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A dúvida é o princípio da sabedoria.

Aristóteles

O RESULTADO das urnas, em outubro de 2018, foi algo impressionante mesmo aos mais otimistas. As mudanças tanto no Legislativo quanto no Executivo mostraram por que a democracia é, apesar dos seus problemas, o melhor regime político que se conhece. Após um longo período de erros e excessos, o povo reage e promove uma mudança gigantesca no cenário político elegendo novos nomes, eliminando velhos caciques e instalando, novamente, a esperança.

As reações na mídia e nas redes sociais sobre as eleições revelam o quanto o Brasil corria riscos de continuar no trilho do que se chamava esquerda bolivariana ou, em modos mais "ladinos", uma modernidade conveniente aos políticos dominantes que se autodenominam "progressistas". Todos que não rezam na sua cartilha são conservadores ou atrasados. A verdade é que muitos progressistas foram demitidos pelo povo brasileiro e que muitos nomes novos surgiram, o que é formidável!

Momentos raros como este que estamos vivendo no Brasil merecem ser apreciados ao máximo. Afinal, a volta da esperança é como o sorriso no rosto da criança: é tão lindo e comovente que faz a vida valer a pena!

Independentemente do rótulo de conservador ou progressista, vamos valer-nos das palavras de Clarice Lispector: "Chega de desculpas e velhas atitudes! Que o novo traga vida nova, como o rio que sai lavando e levando tudo por onde passa". São estas palavras que colocam luz sobre as mudanças que esperamos.

O Brasil vive uma série de contrastes radicais – muito usados por políticos do "nós contra eles" –, que precisam ser atacados visando reduzir as distâncias que fazem o País tão socialmente injusto. Por outro lado, as mudanças pregadas por quem venceu as eleições devem estar refletidas não somente nos nomes dos ministros e nos Ministérios (o que já é uma mudança esperada), mas também na estrutura operativa do governo federal.

Tem-se agências reguladoras, que não fazem política pública, mas somente as regulam; tem-se temas prioritários a um Brasil que precisa crescer sustentavelmente e rapidamente e somente o fará com estreita integração de um Executivo que trabalhe nas prioridades do País, e não somente nas dos vários Ministérios.

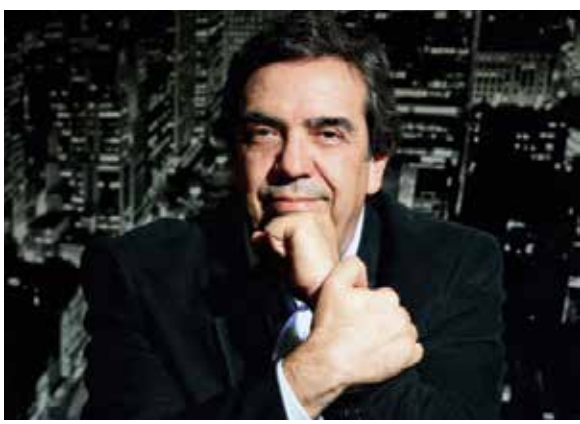
No caso do agronegócio, com suas cadeias produtivas longas e variadas, essa questão chama a atenção de quem busca a mudança no sentido efetivo:

a) Imagine empresas de insumos modernos investindo bilhões de dólares em novas moléculas para controlar pragas e doenças no nosso mundo tropical e dependendo de três Ministérios diferentes para obter aprovação. Isso tem levado dez anos.

b) Imagine uma nova lei – a do RenovaBio – para valorizar a biomassa brasileira substituindo o uso do carbono fóssil, com vários Ministérios participando, mas o maior interesse sendo do agro.

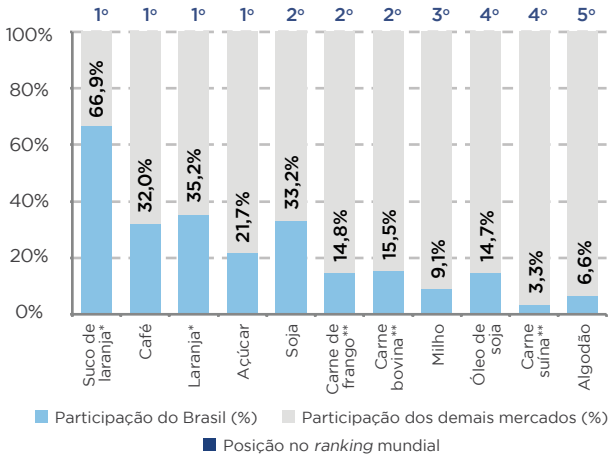
c) Imagine a questão da conectividade – que é uma parte importante da infraestrutura no País, suprindo a necessidade de sinais para a tecnologia de GPS – e o quanto isso traria desenvolvimento ao agro.

Como integrar esses assuntos como prioridade? Essa é uma clara preocupação da ABAG, que somente vê isso sendo feito por meio de uma matriz formal no governo federal comandada por um Ministério moderno e composto por membros dos setores público e privado. Isso seria uma mudança efetiva! ■



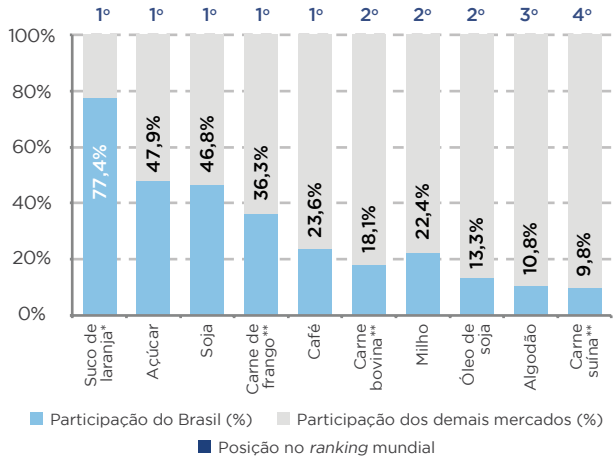
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



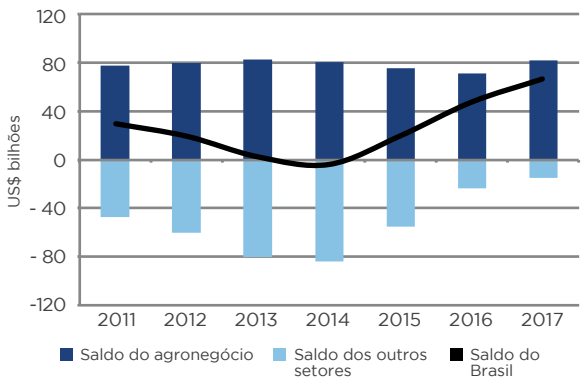
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



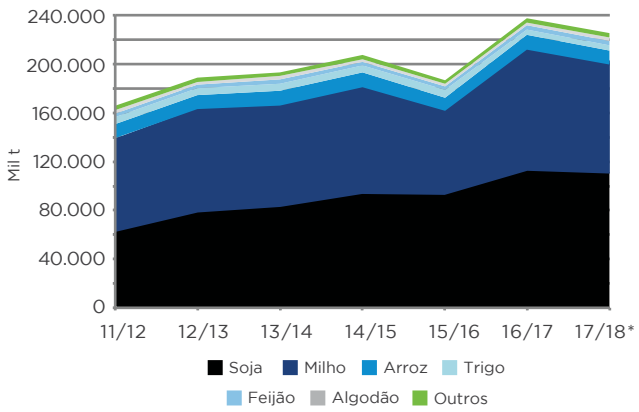
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



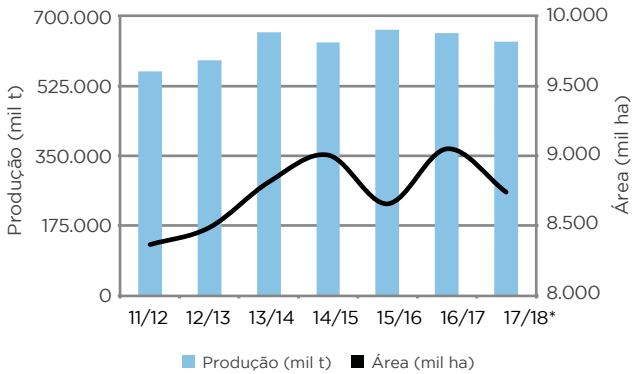
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



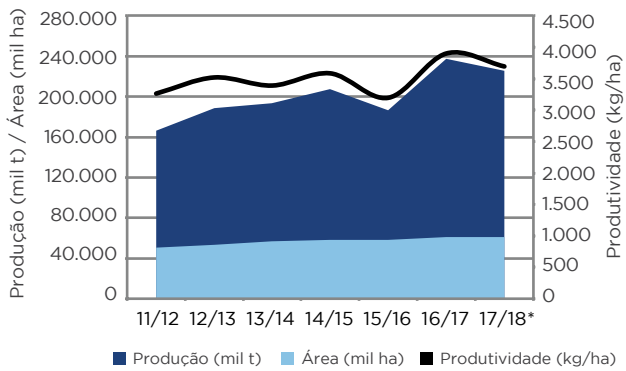
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab